



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E
TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA PARA INFORMAÇÃO

ADAYANNE TOBIAS DA SILVA

ANNA: UMA FERRAMENTA PARA APOIO À TOMADA DE DECISÃO PARA A
GESTÃO ADMINISTRATIVA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

BOA VISTA, RR

2022

ADAYANNE TOBIAS DA SILVA

ANNA: UMA FERRAMENTA PARA APOIO À TOMADA DE DECISÃO PARA A
GESTÃO ADMINISTRATIVA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação – PROFNIT, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ivanise Maria Rizzatti

BOA VISTA, RR

2022

ADAYANNE TOBIAS DA SILVA

ANNA: UMA FERRAMENTA PARA APOIO À TOMADA DE DECISÃO PARA A
GESTÃO ADMINISTRATIVA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação – PROFNIT do Ponto Focal Universidade Federal de Roraima – UFRR, para obtenção do grau de mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação. Defendida em 14 de dezembro de 2022 e avaliada pela seguinte banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Ivanise Maria Rizzatti
PROFNIT-UFRR

Prof. Dr. Irineu Afonso Frey
PROFNIT-UFSC

Ms. Diego Henrique Andreo Estabio

Prof. Dr. Linoberg Barbosa de Almeida

Aos meus filhos, pela honra de ser sua mãe.

AGRADECIMENTOS

Ao Detentor de todo conhecimento em que minha fé se baseia e busca respostas.

À minha mãe pelo apoio incondicional e incentivo à leitura desde sempre, meu amor por estudo veio de você.

Às minhas irmãs Lize e Cléo pelas colaborações e apoio, tornando o trabalho mais leve.

Ao meu irmão que sempre foi minha referência favorita, aquele que tornou meu caminho mais fácil.

Aos meus príncipes Luciano Júnior, João Murilo, Arthur Santiago e Sebastião por me fazerem entender que o caminho da vida é um aprendizado eterno, que a imaginação nos permite ser o que quisermos e por me ensinarem a ser melhor a cada dia.

À princesa Iracema pelo sorriso em minhas conquistas, sempre com palavras doces.

Ao amigo, professor e mentor Linoberg, parafraseando-o: “que amo sem razão de amar, sem um porquê, um amor que só a família tem e dá”.

À minha orientadora Ivanise que trilhou caminhos turvos junto comigo, lutou por lá e eu de cá, não dando certo quando queríamos, mas chegando aqui da melhor maneira que pudemos. Obrigada por me acalmar e mandar respirar, pelo incentivo a chegar até aqui.

Aos queridos amigos Weverson Soares que foi minha mão direita, pela ajuda essencial para a finalização deste trabalho e Jefferson Jairo, ele sabe o porquê.

Aos meus colegas de turma, Marli, Diego, Carol (*in memoriam*) e Otávio pelas horas compartilhadas e amizades geradas.

Aos membros da banca avaliadora que contribuíram com o trabalho.

À minha segunda casa, Universidade Federal de Roraima, local de trabalho, de pesquisa e de descobertas e aos meus colegas da Pró-Reitoria de Administração que me incentivaram a terminar.

“O conhecimento só tem valor se você consegue transformá-lo em algo útil para a sociedade”.

(Sergio Mascarenhas)

RESUMO

O presente trabalho trata da criação da ferramenta virtual *ANNA*, identificada por uma marca específica com expressões regionais, em que foram utilizadas as peculiaridades do estado de Roraima para sua criação utilizando a língua indígena *Macuxi* para definição da palavra ANNA que significa saber em português, a fim de contribuir para a difusão do conhecimento científico produzido na Universidade Federal de Roraima (UFRR). A pesquisa é qualitativa, descritiva e aplicada, e se utilizou de pesquisa bibliográfica, entrevistas semiestruturadas com ex-gestores da UFRR, desenvolvimento de um *software*, criação de uma marca e foi avaliada por pesquisadores especialistas. Espera-se que este trabalho venha auxiliar a gestão administrativa da Universidade Federal de Roraima, seja a administração superior ou de coordenações de centros e cursos, permitindo que os trabalhos científicos produzidos sejam guardados e consultados mais facilmente. A utilização da ferramenta pode contribuir com o desenvolvimento da instituição por meio do cadastramento de pesquisas que visem o melhoramento da instituição, sendo exibida a necessidade e a importância da aplicação dessa ferramenta por meio da avaliação realizada por pesquisadores da instituição.

Palavras-chave: Universidade pública. Conhecimento Científico. Disseminação do conhecimento.

ABSTRACT

The present work deals with the creation of the ANNA virtual tool, identified by a specific brand with regional expressions, in which the peculiarities of the state of Roraima were used for its creation, using the Macuxi indigenous language to define the word ANNA, which means to know in Portuguese, the in order to contribute to the dissemination of scientific knowledge produced at the Federal University of Roraima (UFRR). The research is qualitative, descriptive and applied, and used bibliographical research, semi-structured interviews with former UFRR managers, software development, creation of a brand and was evaluated by specialist researchers. It is expected that this work will help the administrative management of the Federal University of Roraima, be it the superior administration or the coordination of centers and courses, allowing the scientific works produced to be stored and consulted more easily. The use of the tool can contribute to the development of the institution through the registration of research aimed at improving the institution, showing the need and importance of applying this tool through the evaluation carried out by researchers from the institution.

Keywords: Public university. Scientific knowledge. Dissemination of knowledge.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – O ESTADO DA ARTE DA UNIVERSIDADE	11
1.1 O PAPEL DA UNIVERSIDADE	11
1.2 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	18
1.3 A PESQUISA NA UFRR	25
CAPÍTULO II – A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA CIENTÍFICA	30
2.1 O LUGAR DA PESQUISA NA SOCIEDADE	30
CAPÍTULO III – ANA E A FERRAMENTA	42
3.1 A INOVAÇÃO NA UNIVERSIDADE	42
3.2 A UNIVERSIDADE E O GOVERNO FEDERAL	45
3.3 METODOLOGIA	48
3.4 RESULTADOS	49
3.5 FERRAMENTA VIRTUAL ANNA	51
3.5.1 Desenvolvimento da ANNA	55
3.6 ANNA X VITRINE TECNOLÓGICA	56
3.7 AVALIAÇÃO DA ANNA PELOS USUÁRIOS	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS	63
ANEXO 1 – MARCA ANNA	70
ANEXO 2 – ANNA AVATAR	71
ANEXO 3 - PLATAFORMA ANNA	72

1 INTRODUÇÃO

As universidades públicas são prática social, fundadas no reconhecimento público, e suas atribuições lhe conferem autonomia diante de outras instituições sociais (CHAUI, 2003). São ainda, organizações que produzem conhecimento a todo vapor e esse conhecimento deve ser revolucionário (CAETANO et al., 2009).

Após todo conhecimento produzido nas universidades (monografias, teses, dissertações, projetos de pesquisa, entre outros) ficam as seguintes questões: “qual a sua aplicação? E, ainda produzimos saberes para o engavetamento ou para publicações que não visam a continuidade dos trabalhos realizados (LIMA et al., 2007)?”.

O filósofo Darcy Ribeiro afirmava que a universidade deveria ser uma instituição que produz conhecimento através de uma concepção política que modifica os fatos, introduzindo o país na economia mundo. Ainda, que deveria ser uma instituição organizacional de compreensão e traços autônomos no país. A universidade, cada vez mais necessária à sociedade, enquanto ambiente político laborioso e que não aceita resignadamente as imposições políticas, mas deve criar uma forma nova de projetar a nação de modo público e laico (RIBEIRO, 1969).

Segundo Chaui (2003), “a visão organizacional da universidade é regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível” e está estruturada e definida por regras e exemplos basilares externos ao conhecimento à formação intelectual.

No contexto de universidade pública, temos a Universidade Federal de Roraima (UFRR) que foi fundada em 1989 e possui três *câmpi*, com suas peculiaridades e problemáticas, sejam de infraestrutura ou organizacionais. Em seus 33 anos de existência, a UFRR teve um crescimento significativo, em ofertas de cursos, alunos, servidores e em estrutura física. Na pós-graduação oferta 3 doutorados, 15 mestrados e duas especializações, na graduação são 26 cursos de bacharelado, 21 licenciaturas e um curso tecnológico. Além da educação básica com o Colégio de Aplicação e Escola Agrotécnica. Atualmente, são mais de nove mil alunos, 600 professores e 1500 técnicos administrativos.

O *campus* do Paricarana sedia os setores administrativos da universidade e grande parte dos cursos ofertados pela UFRR, assim como o Colégio de aplicação. Já o *campus* do Murupu, localizado na região rural de Boa Vista, na área do Projeto

de Assentamento Nova Amazônia, sedia a Escola Agrotécnica (EAGRO) que oferta o Curso Técnico em Agropecuária em três modalidades: Integrado ao Ensino Médio, Jovens e Adultos - PROEJA e Subsequente ao Ensino Médio, além do curso de Agroecologia em nível superior. O *campus* do Cauamé fica localizado na zona rural do Monte Cristo e abriga o Centro de Ciências Agrárias (CCA).

A UFRR ao longo dos anos cresceu em número de cursos, alunos, servidores e prédios, mas carece, ainda, de adequações em sua estrutura física, por exemplo. Essas problemáticas internas poderiam ser resolvidas por meio de pesquisas desenvolvidas na universidade.

Assim, as pesquisas realizadas dentro da UFRR podem contribuir na construção da própria universidade, mediante de uma ferramenta (software) que possibilite a disseminação do conhecimento científico produzido dentro da UFRR. Além disso, somos capazes de ser responsáveis pela própria resolução dos nossos problemas, administrativos ou de infraestrutura, reduzindo, inclusive, o custo de aplicação, onde o impacto das ações poderá influenciar diretamente na comunidade externa à universidade.

Dessa forma, a pesquisa aqui exposta tem como **objetivo geral** “Elaborar uma ferramenta virtual que promova condições para a disseminação do conhecimento científico produzido pela comunidade acadêmica que vise, também, solucionar problemas voltados ao âmbito da Universidade Federal de Roraima, auxiliando a administração na tomada de decisão”.

E tem como **objetivos específicos**:

1. Desenvolver um *software* para cadastramento de trabalhos desenvolvidos na UFRR;
2. Criar uma marca para identificação da ferramenta e que também possa ser usada como um selo de identificação de produtos desenvolvidos pela UFRR;
3. Avaliar a ferramenta por especialistas da UFRR, disponibilizando o produto à comunidade acadêmica.

Quanto aos procedimentos metodológicos, no intuito de atingir os objetivos propostos, a pesquisa foi de caráter qualitativo, descritivo e aplicado. Quanto aos meios operacionais, foi realizada pesquisa bibliográfica com a finalidade de contextualizar a universidade e a pesquisa científica.

Espera-se que este trabalho venha auxiliar na tomada de decisão da gestão administrativa da Universidade Federal de Roraima e outras instituições de ensino

superior do estado de Roraima, que não possuem aplicações de disseminação de conhecimento em sua estrutura organizacional, seja a administração superior ou de coordenações de centros e cursos, contribuindo com o seu desenvolvimento através da submissão de pesquisas para exposição do conhecimento produzido, especialmente aqueles que serão direcionados ao melhoramento da instituição.

2 O ESTADO DA ARTE DA UNIVERSIDADE

O presente capítulo tem como objetivo contextualizar de forma geral a formação da universidade pública, seus preceitos basilares, explanar sobre o estado da arte da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e sua estrutura organizacional que por vezes não dá respostas aos problemas existentes e pode, inclusive, ser responsável pela criação de algumas problemáticas.

2.1 O PAPEL DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

A universidade pública brasileira sempre esteve em evidência nos debates entre governo e sociedade, e hoje cada vez mais exasperados, de tal forma que o papel da universidade está mais uma vez sendo questionado. E de que forma a universidade consegue atuar explicitamente para que a sociedade observe sua relevância para a construção da própria sociedade?

A universidade é caracterizada como a universalidade do saber, humanismo, iluminismo e crítica social, autonomia e liberdade em documentos de instituições que representam a educação, como a UNESCO. E embora haja essa afirmação, o que podemos verificar é que na prática, as universidades têm se direcionado para os seguimentos da Organização Mundial do Comércio e do Banco Mundial, ou seja, buscando a redução de custos, à eficiência e à produtividade (BERNARDO, 2014).

Lima, Azevedo e Catani (2008) afirmam que no Brasil, as reformas são motivadas por políticas externas, como é o caso da universidade que em 1968 inspirou-se no modelo da universidade norte-americana e nos anos 90 pelo “liberalismo ortodoxo” imitado pelo Banco Mundial.

Essa afirmação é ratificada por Bernardo (2014) que certifica que estudos apresentados de países latino-americanos mostram que a formação estrutural do trabalho universitário, na atualidade, se define pela “competição e produtividade exacerbada”.

Dessa forma, Ibarra-Colado (2003, *apud* BERNANDO, 2014) declara que a universidade está deixando de ser referência cultural básica da sociedade para transformar-se em um “prestador de serviços”.

Segundo Ferreira (2002), ratificando Ibarra-Colado, a sociedade agora vê a universidade como prestadora de serviços e assim exige respostas e deve avaliá-la.

Por outro lado, a universidade tende a atender esses anseios através de catálogos de produção publicados para instruir a comunidade científica e a sociedade.

A produtividade da universidade passou a ser inversamente avaliada, transformando a qualidade em quantidade, deixando de se questionar o quê, como e para que se produz, para: quanto produz, em quanto tempo e qual custo produz. (CHAUÍ, 1999 *apud* FERREIRA, 2002).

Moita e Andrade (2009) ratificam o preceito legal disposto no artigo 207 da Constituição Federal, onde está disposto que a base da Universidade brasileira é constituída pelo ensino, pesquisa e extensão, pilares indissolúveis, e essas funções básicas devem ser tratadas igualmente pelas instituições de ensino superior.

Ainda que essas definições dispostas em Lei, é possível afirmar que a comunidade acadêmica contribui para soluções vivenciadas diariamente? É possível afirmar também se os alunos dessas universidades conseguem dar um *feedback* dos serviços prestados pela universidade dentro do tríplice eixo de ensino, pesquisa e extensão?

Para esses questionamentos, entende-se que a universidade muitas vezes se organiza de modo isolado ou, quando muito, em dois eixos, assim, a balança que mede o equilíbrio do tríplice eixo (ensino, pesquisa e extensão), encontra-se em oscilações e possíveis desvios. A união fundamental dos eixos da universidade, não é vista com facilidade, assim, não conseguimos um retorno aceitável quanto à prestação de seus serviços.

Conforme declarado por Moita e Andrade (2009), embora admitida à importância de articulações duais, como de ensino e extensão que se voltam para problemas sociais ou ensino e pesquisa que sobrepõe a tecnologia, mas corre o risco de deixar de reconhecer a compreensão ético-político-social, objetivo a ser fornecido ao usuário final, ou seja sociedade. O que se defende é um princípio que, se posto em ação, impede os reducionismos que se verificam na prática universitária: ou se enfatiza a produção do novo saber, ou a intervenção nos processos sociais, ou ainda a transmissão de conhecimentos na formação profissional.

O princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão deriva de demandas por mudanças necessárias acerca da função da Universidade – e do Ensino e da Pesquisa nela desenvolvidos, alcançando ao mesmo status desses dois (não há hierarquia na Constituição), a Extensão (GONÇALVES, 2015, p. 3).

Os objetivos e o propósito da existência da universidade referem-se a conexão do ensino, pesquisa e extensão, tendo como desafio unificar essas dimensões a fim de se concretizarem ou efetivarem-se na prática (PUHL, 2016).

Dessa forma, essas relações entre o tríptico eixo acontecem em meio a falta de entendimento sobre a identidade e do papel da universidade ao longo da sua história (SILVA, 2000) e a divisão desses eixos faz perder o sentido da universidade que se relaciona com os propósitos da instituição educacional (PUHL, 2016).

As problemáticas voltadas à universidade poderiam ser reduzidas através da cisão entre a graduação e a pós-graduação afunilando as identificações coletivas, descontextualizando, em sua visão, o ofício e o lugar na sociedade do docente pesquisador (CASTRO, 2010).

O ensino superior do Brasil, em consequência das pressões para democratizar o acesso à universidade, foi transformado no modelo de produção e transmissão do conhecimento científico coligando pesquisa e ensino (MAGNANI, 2002), e em respostas às críticas e pressões vindas de setores sociais, surge a extensão como terceiro eixo do conhecimento (SILVA, 2000).

Assim, a universidade modificou-se através do tempo, em sua organização, funcionamento e estruturação, dinâmica administrativa, financiamento e forma de produção e socialização de conhecimentos (PUHL, 2016).

Puhl (2016) afirma, ainda, que essas mudanças da universidade sempre ocorreram, mas um eixo central que caracteriza a universidade e está presente em toda sua trajetória é que: a universidade é um lugar de conhecimento e esta é a razão de sua existência.

As universidades públicas são prática social, pois em suas atribuições lhe conferem autonomia diante de outras instituições sociais e sendo fundadas no reconhecimento público (CHAUI, 2003). São ainda, organizações que produzem conhecimento a todo vapor e esse conhecimento deve ser revolucionário (CAETANO et al., 2009).

Atualmente no Brasil não há legislação fixada de ensino superior, há sim um conjunto de leis, entre elas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Medidas Provisórias e resoluções ministeriais e do Conselho Nacional de Educação que esboçam o modelo universitário (LIMA; AZEVEDO; CATANI, 2008).

Esses autores ainda afirmam que a outra reforma universitária (após regime militar e da década de 90) foi do governo Lula com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

O REUNI tem como objetivo criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (BRASILIA, 2007).

Contudo, Castro (2004) diz que o conhecimento científico se tornou privilegiado pela relevância adquirida na sociedade contemporânea. Confirmado por Santos (2005), que destaca ainda que a universidade se tornou vulnerável aos correligionários da globalização neoliberal, por ainda ser uma universidade “socialmente ostracizada pelo seu elitismo e corporativismo” e inerte pela insuficiência de examinar-se como faz à sociedade.

Mas vale ressaltar que cada instituição pública de ensino superior, no Brasil, possui suas próprias peculiaridades (pró-reitorias, departamentos, setores, áreas de conhecimento e disposição geográfica), onde cada campo possui suas regras e capitais e onde acontecem tensões e disputas internas entre os agentes e grupos através de estratégias e práticas para estabelecer sua dominância ou legitimidade (GONÇALVES, 2015).

A reforma universitária proposta pelo REUNI permite que as universidades recebam financiamento desde que façam a adesão do programa. Sendo uma forma de incentivar a competitividade entre as universidades (LIMA; AZEVEDO; CATANI, 2014).

Para Bernardo (2014) o “produtivismo acadêmico” é a denominação do capitalismo organizacional, onde a comunicação eficaz é dominada pela visão neoliberal das instituições públicas que diante de sua estrutura necessita de modernização.

Segundo Bosi (2008, 2009 *apud* Bernardo, 2014) a Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES) teve importância fundamental nessa perspectiva atual da universidade, pois inspirou-se no modelo competitivo americano. Assim, a avaliação principal dos trabalhos dos docentes nas universidades públicas brasileiras tornou-se a pesquisa e pós-graduação.

Para Bourdieu (2004), ao falar de estruturalismo, cada agente investe os princípios incorporados de um *habitus*¹ gerador, ou seja, preceitos assimilados ao longo da vida.

Um professor de ensino superior traz consigo uma experiência de vida, vivida enquanto aluno da educação básica, graduação e pós-graduação e outras experiências de magistério, caso tenha, onde pôde observar e aprender sobre a qualidade da didática do magistério e sobre sua área de conhecimento (GONÇALVES, 2015).

Ao agregar seu ensino à pesquisa e à extensão, o docente universitário conecta-se com as mudanças recentes que o conhecimento científico gera na sociedade, além de formar novos pesquisadores preocupados com a manifestação da sociedade (MOITA; ANDRADE, 2009).

Para Castiel e Sanz-Valero (2007 *apud* BERNARDO, 2014) autores de artigos científicos estão deixando de ser “gênio romântico” que indaga mistérios do mundo para prestar serviços a humanidade, questionando se o artigo científico se tornou comércio acadêmico.

O filósofo Kant afirma que há dois modos de realizar o conhecimento, o empírico e o puro, racional. O empírico é recebido através dos sentidos e experiência realizada e o puro é o resultado de operações racionais, é uma afirmação necessária que não depende de nenhuma condição real e que possibilita estabelecer juízo. Ainda, todo conhecimento, para Kant, começa com a experiência, mas não se restringe a ela (PUHL, 2016).

O único mundo que o homem conhece é o empírico mundo dos fenômenos, das ‘aparências’, e esse mundo só existe na medida em que o homem participa de sua construção. Só podemos conhecer as coisas relativas a nós mesmos. O conhecimento se restringe aos efeitos sensíveis que as coisas têm sobre nós e essas aparências ou fenômenos são, por assim dizer, pré-digeridos. Ao contrário do pressuposto habitual, a mente jamais experimenta o que está ‘lá fora’, separado de si, em algum reflexo claro e sem distorção da realidade objetiva. Ou melhor, a ‘realidade’ para o homem é necessariamente a que ele mesmo criou (TARNAS, 2008, p 370).

A universidade influencia e é influenciada por estar em um contexto social, cultural, político, econômico, ambiental, dentre outros, com os quais dialoga (PUHL, 2016), buscando a compreensão da sociedade. Deveria assim, buscar soluções para seus próprios problemas internamente, através da própria comunidade acadêmica.

¹ Palavra latina utilizada pela tradição escolástica, traduz a noção grega *hexis* utilizada por Aristóteles para designar então características do corpo e da alma adquiridas em um processo de aprendizagem (SETTON, 2002).

Segundo Burian Jr (2009 *apud* BERNARDO, 2014) os artigos científicos agora são produzidos de forma vaga, havendo um incentivo para isso. Além de que os artigos são publicados para “melhorar o currículo do autor”.

Bernardo (2014) aduz que o individualismo e intensa competitividade são consequências do capitalismo acadêmico. E isso faz com que a competitividade existente, desejando a falta de êxito do outro, não permite que o professor realize um trabalho saudável.

Os professores universitários estão com grande desgaste físico e mental como consequência da crescente pressão e controle sofridos por eles. Esses profissionais são exigidos que produzam cada vez mais, gerando um estresse laboral. Podendo gerar assédio moral pois para atingir metas, chefes e colegas repreendem o docente para que eleve sua produtividade (POMAR, 2010).

Nesse ponto há de mencionarmos um integrante da esfera universitária, que por vezes é omitido ao tratarmos de pesquisas, os técnicos administrativos.

O regime jurídico dos servidores públicos civil da União, das autarquias e das fundações públicas federais está disposto na Lei 8.112/90 onde os cargos de educação estão introduzidos, ou seja, professores e técnicos administrativos possuem obrigações que devem ser seguidas.

O art. 116 dessa lei institui os deveres do servidor que, dentre outros, estabelece:

- exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;
- ser leal às instituições a que servir;
- observar as normas legais e regulamentares; e
- zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público.

Essa lei determina a conduta dos servidores públicos federais e a Constituição Federal, através do artigo 207, estabelece que as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Dessa forma, entendemos que as soluções de seus próprios problemas podem e devem ser feitas pela própria comunidade acadêmica, sejam eles de infraestrutura ou administrativa.

O artigo 43 da Lei nº 9.394 de 21 de dezembro de 1996 (que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional) dispõe a finalidade da educação superior e podemos dizer que ratifica nossa afirmação, de tal modo que destacamos os seguintes incisos deste artigo:

I – **estimular** a criação cultural e o **desenvolvimento do espírito científico** e do pensamento reflexivo;

III – **incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica**, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, **desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive**;

IV – **suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento** cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

V – **estimular** o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VI – **promover** a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Ao reunir essas informações, vê-se as diretrizes que objetivam esse trabalho: a universidade possui os solucionadores de seus próprios problemas. Sendo assim, por que não utilizar o conhecimento produzido internamente para ser utilizado no âmbito da instituição? Quais são os embargos ainda encontrados para não efetivação disso na prática?

Os professores assumem o cargo administrativo máximo da instituição, a reitoria, sendo assim, são pesquisadores de formação. Pois, para concorrer ao cargo, devem ser escolhidos entre professores dos dois níveis mais elevados da carreira ou que possuam título de doutor, conforme determinado na Lei nº 9.192 (BRASÍLIA, 1995).

Comum, também, que outros professores saiam da sala de aula e assumam o papel administrativo de pró-reitores. No entanto, não é possível afirmar que esses professores tenham se tornado pesquisadores nessa função a fim de resolver os problemas existentes naqueles setores ou mesmo na universidade, então qual o papel do pesquisador na esfera administrativa?

Bernardo (2014) cita que os professores estão sobrecarregados em suas atividades e cada vez mais as exigências, para o docente manter-se na função, estão sendo elevadas. Sendo o docente valorizado pela quantidade de orientações, publicações de artigos e livros, entre outros. Contudo, ainda existe a obrigação do professor universitário a acatar o papel de servidor público, obrigando-lhe a exibir um retorno imediato de seu trabalho.

2.2 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

A Universidade Federal de Roraima (UFRR) tem cinco professores dirigindo as Pró-Reitorias, a saber: de Planejamento (PROPLAN), de Ensino e Graduação (PROEG), Assuntos Estudantis e Extensão (PRAE), Pesquisa Pós-graduação (PRPPG) e Gestão de Pessoas (PROGESP), e dois técnicos nas demais Pró-Reitorias de Administração (PROAD) e Infraestrutura (PROINFRA) (UFRR,2021).

A UFRR tem como missão produzir, integrar e socializar conhecimentos para formar cidadãos comprometidos com o desenvolvimento cultural, social, econômico e ambiental. E tem como visão: ser referência nacional e internacional em educação superior, reconhecida pela excelência no saber amazônico (UFRR, 2021).

O estatuto da UFRR (2003) estabelece que as instâncias iniciais de governança na Universidade são os conselhos superiores, são eles:

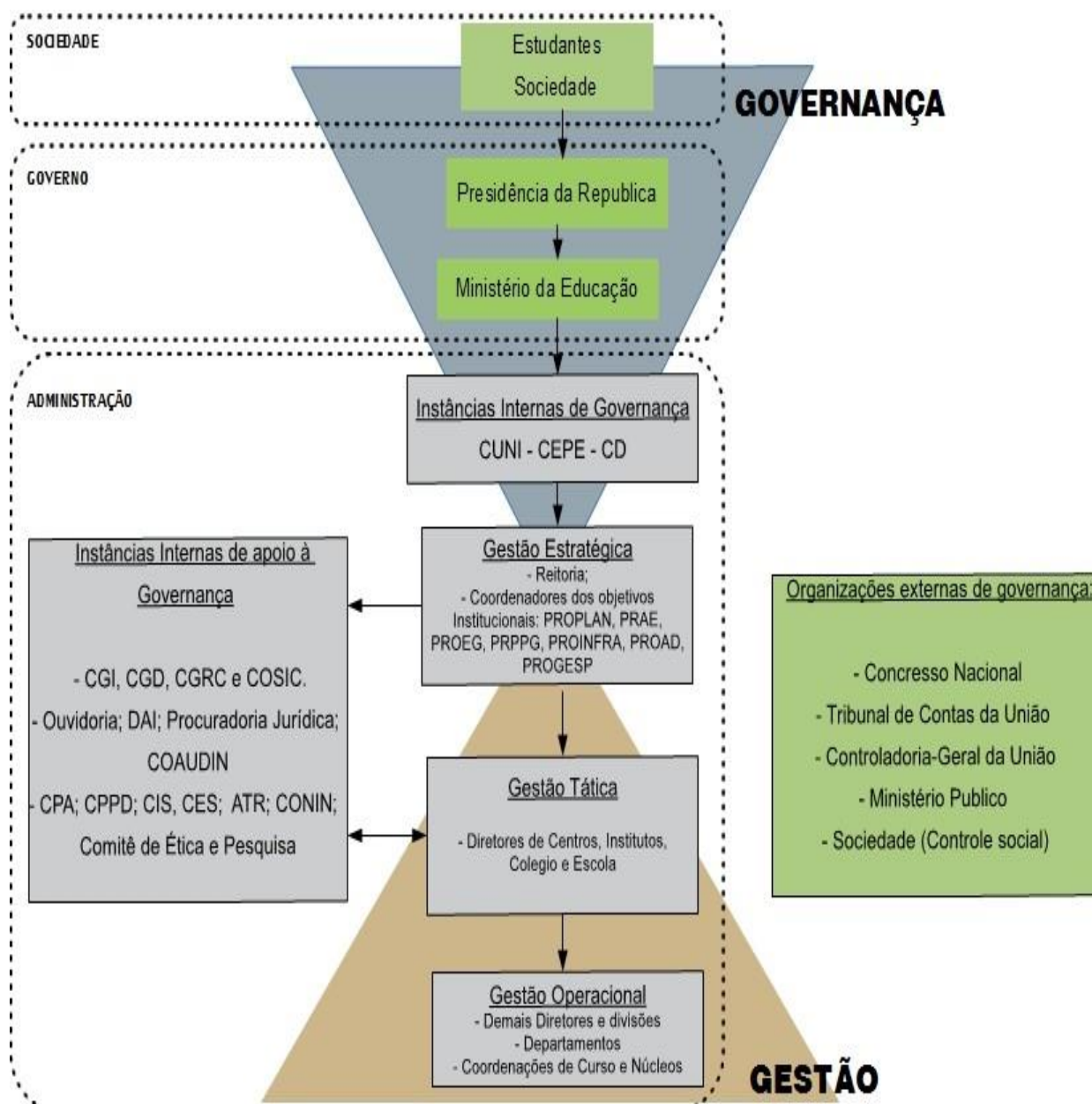
Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão – CEPE – Órgão superior de consulta e deliberação em matéria didático científica, cultural e artística;

Conselho Universitário – CUNI – Órgão superior de consulta e deliberação em matéria administrativa e disciplinar e instância final de recurso na Universidade;

Conselho Diretor – CD – Órgão de deliberação superior em matéria de controle e fiscalização econômico, financeira e patrimonial.

A UFRR completou 33 anos de existência em setembro de 2022 e de acordo com o Relatório de Gestão de 2021 possui a seguinte estrutura de gestão (Figura 01).

Figura 01 – Mapa de Governança da UFRR



Fonte: Relatório de Gestão 2021 UFRR.

E apresenta, também, a seguinte representação da estrutura organizacional em 2021 (Quadro 1).

Quadro 1: Estrutura organizacional resumida da UFRR.

Estrutura da UFRR		
Órgãos da administração superior	Órgãos Deliberativos e Normativos (Conselhos Superiores)	Conselho Diretor - CD
		Conselho Universitário – CUNI
		Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão – CEPE
	Órgão Executivo: Reitoria	Vice-Reitoria
		Chefia de Gabinete
		Pró-Reitorias
		Assessoria/Consultoria Jurídica
		Auditoria Interna
		Coordenadoria de Comunicação Social (COORDCOM)
		Comissão Permanente de Pessoal Docente
Órgãos da administração acadêmica	Órgãos Deliberativos e Normativos	Conselhos de Centros Didáticos, de Institutos e de Núcleos de Ensino e Escola Agrotécnica (EAGRO)
		Conselho de Curso
		Conselho deliberativo escolar
	Órgãos executivos	Centros Didáticos, Institutos, Núcleos de Ensino e Escola Agrotécnica (EAGRO)
		Departamentos ou Coordenação de curso
		Direção de Escola (Colégio de Aplicação)
Órgãos suplementares (Para a execução de atividades de apoio didático, científico, administrativo e tecnológico)		Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI);
		Bibliotecas Central e Setoriais
		Unidade de Saúde
		Editora UFRR
		Núcleos de pesquisa, de ensino ou extensão
		Núcleos de práticas acadêmicas
		Comissão Própria de Avaliação
		Coordenadoria de Relações Internacionais (CRINT)
		Núcleo de Educação a Distância (NEAD)
		Complexo Veterinário
	(Outros)	
Assembleia Universitária (presidida pelo Reitor, é a reunião da comunidade universitária, constituída pelos órgãos de administração e pelos corpos docente, discente e técnico-administrativo)		

Fonte: Relatório de Gestão 2021 UFRR.

O artigo 95 do Regimento da UFRR (2007) institui que: integram o corpo técnico-administrativo da UFRR, os servidores que exerçam funções de apoio técnico, administrativo e operacional necessárias ao desenvolvimento das atividades próprias.

O Decreto nº 1.916 de 23 de maio de 1996 regulamenta a escolha dos dirigentes de instituições federais de ensino superior, nos termos da Lei nº 9.192/1995. Fixando no artigo 1º que:

O Reitor e o Vice-Reitor de universidade mantida pela União, qualquer que seja a sua forma de constituição, serão nomeados pelo Presidente da República, escolhidos dentre os indicados em listas tríplexes elaboradas pelo colegiado máximo da instituição, ou por outro colegiado que o englobe, instituído especificamente para este fim (BRASÍLIA, 1996).

Habitual os presidentes acolherem a decisão da comunidade acadêmica, nomeando os que obtiveram maior quantidade de votos.

No entanto, o governo, 2019 à 2022, interveio em 50% das nomeações de reitores de universidades federais. Em cinco casos, o nomeado não liderou a lista tríplex e em um, foi nomeada uma reitora temporária que não constava lista. No caso dos Institutos Federais foi respeitado 5 de 6 listas e um teve a intervenção também externa à lista tríplex (BRASÍLIA, 2019).

Além disso, a Lei nº 9.192/1992 dispõe no artigo 1º inciso IV que os diretores de unidades universitárias federais serão nomeados pelo Reitor. Contudo, em maio de 2019, o Decreto nº 9.794 foi publicado no Diário Oficial da União e retira a autonomia dos reitores de universidades e institutos federais de ensino para nomear cargos em comissões e funções de confiança, entre eles, pró-reitores e diretores (BRASÍLIA, 2019).

A visão de Darcy Ribeiro (1969), ao afirmar que a universidade deveria ser uma instituição que produz conhecimento por meio de uma concepção política, defronta-se com o que estamos vivendo nos dias que correm. As universidades públicas estão com o orçamento limitado, podendo ter seu desenvolvimento comprometido e a expansão das universidades que aconteceu na última década estagnada (LEHER, 2017).

Em março de 2019, o Governo Federal anunciou um corte de R\$ 5,8 bilhões de reais para educação, através do Decreto nº 9.741, de 29 de março. E em 02 de maio por meio da Portaria nº 144, anunciou um novo bloqueio no valor de R\$ 1,58 bilhão. Tais cortes continuaram até o fim do mandato em 2022 (BRASÍLIA, 2019).

Com 12% indisponíveis para as universidades, a situação permanece crítica. Vimos que diversas universidades pelo país realizaram inúmeros cortes, bolsas de pesquisas foram canceladas e algumas instituições correram risco de não arcar com suas despesas (KONCHINSKI, 2022).

O valor do corte corresponde a 24,84% das verbas discricionárias das universidades federais, afetará a verba de custeio – destinada ao pagamento de despesas ordinárias – ou seja, todas as despesas das instituições excluindo salários e aposentadorias do cálculo, tais como, contratos de serviços continuados (limpeza,

segurança, energia, água); bolsas estudantis (de Pesquisa e Pós-graduação e de Extensão), capacitação de servidores; e investimentos (construções de obras e aquisições de equipamentos didáticos), manutenção de espaços e pagamento de pessoal terceirizado, entre outras (G1, 15 mai. 2019).

O artigo 213 da Constituição Federal especifica no § 2º As atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação, realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público (BRASÍLIA, 2015).

Segundo Chaui (2003), “a visão organizacional da universidade é regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível” e está estruturada e definida por regras e exemplos basilares externos ao conhecimento à formação intelectual.

Ocorre que o Ministério da Educação lançou um novo programa que busca o fortalecimento da autonomia administrativa, financeira e da gestão das universidades e institutos federais que propõe a entrada da iniciativa privada nas universidades federais e a redução da participação do governo, o Future-se (MEC, 2019).

Segundo o governo, o Future-se possibilita o crescimento das receitas das Instituições de Ensino Superior – IES - através de fomento à captação de recursos próprios e com maior segurança jurídica, e permitirá maior flexibilização para despendar, tornando-se menos dependentes do governo (MEC, 2019).

O Ministério da Educação (2019) definiu três eixos para esse programa:

Gestão, governança e empreendedorismo:

- Promover a sustentabilidade financeira, ao estabelecer limite de gasto com pessoal nas universidades e institutos – hoje, em média, 85% do orçamento das instituições são destinados para isso. Para a administração pública, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece percentual máximo de 60%;
- estabelecer requisitos de transparência, auditoria externa e *compliance*;
- criar ranking das instituições com prêmio para as mais eficientes nos gastos;
- gestão imobiliária: estimular o uso de imóveis da União e arrecadar por meio de contratos de cessão de uso, concessão, fundo de investimento e parcerias público-privadas (PPPs);
- propiciar os meios para que os departamentos de universidades/institutos arrecadem recursos próprios, com estímulo à competição entre as unidades;
- autorizar *naming rights* (ter o nome de empresas/patrocinadores e patronos) nos *campi* e em edifícios, o que possibilitaria a modernização e manutenção dos equipamentos com ajuda do setor privado.

Pesquisa e Inovação:

- instalar centros de pesquisa e inovação, bem como parques tecnológicos;

- assegurar ambiente de negócios favorável à criação e consolidação de startups, ou seja, de empresas com base tecnológica;
- aproximar as instituições das empresas, para facilitar o acesso a recursos privados de quem tiver ideias de pesquisa e desenvolvimento;
- premiar os principais projetos inovadores, com destaque para universidades de pequeno porte.

Internacionalização:

- Estimular intercâmbio de estudantes e professores, com foco na pesquisa aplicada;
- revalidação de títulos e diplomas estrangeiros por instituições públicas e privadas com alto desempenho, de acordo com os critérios do MEC;
- facilitar o acesso e a promoção de disciplinas em plataformas online;
- firmar parcerias com instituições privadas para promover publicações de periódicos fora do País;
- possibilitar bolsas para estudantes atletas brasileiros em instituições estrangeiras.

O Governo Federal continuará tendo um orçamento anual para as IES e a adesão ao programa não é obrigatória, de modo que as IES que não acolherem ao programa continuarão a receber recursos do governo federal.

O pró-reitor de planejamento (gestão 2016 – 2019) afirma que a UFRR não sobreviveria no contexto do programa Future-se, dentro do cenário do estado. Pois esse programa visa o financiamento de empresas e não é possível verificar empresas locais com interesse ou capacidade para tal, assim como não há critérios específicos para as diferentes regiões do Brasil. (informação verbal)².

Gonçalves (2015) sustenta que a universidade se organizou como lugar de conhecimento, inserindo a formação de profissionais com o decorrer do tempo, com percurso e período distintos em cada país, mas com uma autonomia autocentrada que lhe permite decidir o que deve ser pesquisado.

Se a indissociabilidade for contemplada de forma isolada, corre-se o risco de considerá-la como fim em si mesmo e não como meio para consolidação de um certo projeto de Universidade, nesse caso, pública, no qual um determinado sentido de formação de produção de conhecimento (GONÇALVES, 2015, p.4).

Esse modelo americanizado de professor-pesquisador talvez funcionasse com o financiamento externo, no modelo brasileiro, vigente, o financiamento das pesquisas é interno, o que nos leva a questionar sobre a participação das empresas junto às universidades. Os incentivos e buscas de empresas pelas pesquisas das universidades são restritas a poucas universidades, seja pela característica ou lugar geográfico (SANTOS JR, 2013).

² Informado através de uma entrevista semiestruturada em 2020.

Quem deveria estimular e fazer o papel de ponte com a inovação não está fazendo por sofrer das mesmas mazelas que todas as universidades públicas sofrem, o modelo engessado e burocrático da universidade.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) é a principal agência de fomento de pesquisa do governo federal, ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Além de financiar projetos de pesquisa, o conselho apoia cerca de 84 mil bolsistas em universidades e institutos de pesquisa. Mas desde 2016, o orçamento do CNPq vem caindo, apesar de em 2022 aumentar cerca de 47%, sendo irrisório para o sustento da pesquisa, considerando o valor corrigido pela inflação (Jornal da USP, 2021).

Em tempos de orçamentos cortados, contingenciados e/ou bloqueados, as soluções para redução de gastos, inclusive, o custo de aplicação, onde o impacto das ações poderia influenciar diretamente na sociedade externa à universidade, não necessitando de captação de verbas para planejamento de projetos para solucionar problemas organizacionais, poderiam partir de “dentro da casa”.

Assim, a priori, a universidade poderia utilizar as pesquisas realizadas dentro da própria universidade de modo que essas pesquisas possam contribuir na construção dela mesma, através da disseminação dos conhecimentos científicos produzidos.

2.3 A PESQUISA NA UFRR

Nos 33 anos de existência, a UFRR teve uma quantidade de pesquisadores capazes de resolver seus próprios problemas, mas ela teve o cuidado de estimular seus professores/pesquisadores a resolverem os problemas da UFRR, sejam estruturais, processuais ou infraestrutura?

Para o pró-reitor de planejamento, 2016-2019, há um hiato entre a gestão administrativa da UFRR e o corpo docente, mas não sabe informar a origem, se a Gestão que se tornou enclausurada e não permite a participação da parte acadêmica, havendo necessidade de um convite específico. Mas cita que é possível a integração entre os dois como meio de resolver os problemas da UFRR (informação verbal)³.

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação é responsável pela coordenação e supervisão das atividades de pesquisa e pós-graduação na Universidade Federal

³ Informado através de uma entrevista semiestruturada em 2020.

de Roraima. Desenvolve ações de estímulo à inovação tecnológica e à produção científica entre alunos e professores da instituição (UFRR, 2020).

A UFRR possui, em 2022, 127 Grupos de Pesquisa cadastrados. Também possui 15 núcleos de pesquisa que objetivam apoiar, planejar, organizar, elaborar e executar programas e projetos relativos à pesquisa e pós-graduação. Todos vinculados à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PRPPG, 2022).

O Quadro 2 apresenta os quantitativos que configuram o cenário da pesquisa e pós-graduação na UFRR.

Quadro 2: cenário da Pesquisa e Pós-Graduação na UFRR em 2021

15	333	564	245	114	64	419
Programas de Pós-graduação	Matriculados na Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>	na Pesquisadores	Projetos de Pesquisa	Bolsas de Pós-graduação	de Diplomados na Pós-graduação	Alunos de Iniciação Científica

Fonte: Relatório de Gestão 2021 UFRR.

Das pesquisas desenvolvidas dentro da UFRR, seja por meio de graduação ou pós-graduação, não é possível quantificar as que foram desenvolvidas com o intuito de solucionar problemas internos pois não foi possível encontrar cadastramento dessas pesquisas.

Desse modo, a universidade pôde ter subvalorizado o potencial científico dela, na busca por respostas a partir dos seus próprios atores (professores, técnicos e alunos). Contudo, há uma necessidade de integração, conforme afirmado pelo pró-reitor de planejamento (gestão 2016 – 2019), incluindo soluções pautáveis para implantação das soluções encontradas (informação verbal)⁴.

Um professor de engenharia elétrica, ao ingressar na UFRR como docente, percebeu a necessidade de irrigação do *campus* do *Paricarana*, assim, desenvolveu um protótipo automático de irrigação, como alternativa ao convênio que a UFRR tem com a prefeitura para atender essa demanda. Para o professor, esse sistema poderia ser utilizado, inclusive pela própria prefeitura da cidade (informação verbal)⁵.

O mesmo professor apontou outras possíveis soluções internas, como parceria com outros cursos e com a própria administração. Como, por exemplo, a rede

⁴ Informado através de uma entrevista semiestruturada em 2020.

⁵ Informado através de uma entrevista semiestruturada em 2020.

elétrica que poderia ser substituída pela alternativa de energia fotovoltaica, visto que o estado de Roraima é o estado com maior incidência de sol do País, onde as estruturas da UFRR seriam aproveitadas, seguindo exemplos de outras universidades públicas brasileiras.

Questionado sobre a existência do protótipo de irrigação, o reitor (gestão 2016 – 2019) informou que desconhecia essa informação (informação verbal)⁶.

O professor de engenharia elétrica opinou que a gestão da UFRR poderia ser uma gestão participativa, onde há mais troca de informações e soluções para diferentes esferas da universidade poderiam ser apresentadas por outros cursos setores (informação verbal)⁷. Segundo o pró-reitor de planejamento a única forma, atualmente, que a gestão da UFRR tem de colher as demandas, é através do relatório da Comissão Própria de Avaliação, que aplica questionários específicos a fim de verificar as solicitações da comunidade acadêmica (informação verbal)⁸.

Para o professor de engenharia elétrica, quando os professores fazem pesquisa espontânea tem finalidade de resolver os problemas da extensão ou não sabem onde aplicar na prática. Dessa forma, a gestão participativa poderia convergir para a solução da demanda, de modo que poderia buscar o conhecimento técnico/científico para buscar essas soluções (informação verbal)⁹.

Ao passo que existem pesquisadores dispostos a solucionar problemas específicos da sociedade e internos, atendendo a transferência de informações. Há, também, aqueles que abraçam suas pesquisas e a protegem do mundo. Como exemplo, podemos citar o desenvolvimento de uma alternativa com custo absurdamente irrisório, para um microscópio de polarização fabricado na Suécia e que ultrapassa os 6 dígitos quando adquirido pela instituição para atender o curso de geologia.

Um servidor da UFRR, em apresentação do laboratório em 2018, lotado no Instituto de Geologia – IGEO, informou que resolveu buscar uma solução mais viável economicamente para auxiliar sua filha nos estudos do curso de geologia, conseguindo desenvolver um pequeno microscópio que realiza as mesmas funções do único microscópio disponível no mundo para essa função. Esse produto poderia

⁶ Informado através de uma entrevista semiestruturada em 2020.

⁷ Informado através de uma entrevista semiestruturada em 2020.

⁸ Informado através de uma entrevista semiestruturada em 2020.

⁹ Informado através de uma entrevista semiestruturada em 2020.

atender outros cursos, como o de biologia, no custo de mais ou menos R\$ 300 reais para fabricação. Para isso, utilizou os recursos disponíveis no laboratório da UFRR e próprio.

Ainda, na apresentação do laboratório em 2018, quando questionado, o servidor informou que não tem interesse em disponibilizar o produto para comercialização e nem produção para grande escala.

Vejamos a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016 que dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação, alterando diversas leis, institui no artigo 2º, dentre outros, os seguintes incisos:

III - criador: pessoa física que seja inventora, obtentora ou autora de criação;

V - Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT): órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativo, legalmente constituída, sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos;

VIII - pesquisador público: ocupante de cargo público efetivo, civil ou militar, ou detentor de função ou emprego público que realize, como atribuição funcional, atividade de pesquisa, desenvolvimento e inovação (BRASIL, 2016).

No artigo 5º estabelece que:

São a União e os demais entes federativos e suas entidades autorizados, nos termos de regulamento, a participar minoritariamente do capital social de empresas, com o propósito de desenvolver produtos ou processos inovadores que estejam de acordo com as diretrizes e prioridades definidas nas políticas de ciência, tecnologia, inovação e de desenvolvimento industrial de cada esfera de governo.

§ 1º A propriedade intelectual sobre os resultados obtidos pertencerá à empresa, na forma da legislação vigente e de seus atos constitutivos.

§ 2º O poder público poderá condicionar a participação societária via aporte de capital à previsão de licenciamento da propriedade intelectual para atender ao interesse público (BRASIL, 2016).

Assim, espaços privativos de conhecimento são criados dentro das universidades públicas e impedem que as pesquisas sejam disseminadas ao público geral.

É imperativo que haja um instrumento jurídico e uma base de dados que auxiliem na redução desse hiato na comunicação entre pesquisadores e gestão da UFRR.

É possível observar servidores, técnicos e professores, que buscam solucionar problemas vivenciados, mas muitas vezes são impedidos de atuarem por falta de instrumentação legal e embargo administrativo que não consegue comunicar-

se efetivamente, mas que também sofre com as mesmas disfunções de todas as universidades públicas.

Pensando nisso, o atual Pró-Reitor de Planejamento (gestão 2020 – 2023), tomou como base o Edital nº 27/2021 da Fundação Escola Nacional de Administração Pública, cujo objetivo é o Concurso Inovação no Setor Público, para que fosse inserido no planejamento da UFRR um Edital de gestão participativa, onde haverá premiação dos servidores que cadastrassem ideias que criassem soluções para problemáticas da UFRR (informação verbal)¹⁰.

¹⁰ Informado através de uma entrevista semiestruturada em 2021.

3. A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Este capítulo visa apresentar o papel da pesquisa, a importância do conhecimento científico, o lugar da universidade na sociedade e como valorizar o conhecimento científico produzido no Brasil e especificamente nas universidades públicas.

3.1 O LUGAR DA PESQUISA NA SOCIEDADE

Em 2019, foram exibidos debates açulados entre o governo Federal e cientistas brasileiros sobre os dados de desmatamento da Amazônia apresentados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial – INPE. No dia 10 de agosto de 2019 o Professor Dr. Ricardo Magnus Osório Galvão, ex-diretor do INPE, afirmou em debate, no programa Painel da Globo News, com o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que tratando-se de questão científica não existe autoridade acima da soberania da ciência, nem militar, política ou religiosa.

Naquele debate, Ricardo Salles contestou tal afirmação declarando que existe problema quando a ideologia está por traz da ciência, de tal modo que a ciência atribui-se o direito de criar suas próprias afirmações e que os dados apresentados pelo INPE estavam errôneos.

Marcelo Brito, presidente da Associação Brasileira do Agronegócio que também participou do debate, afirmou que discussões entre ciência e política deveriam ser tratadas de forma técnica e objetiva a fim de chegar em conclusões que beneficiem o desenvolvimento do Brasil, sem determinados tipos de debates que não levam a nada, criando, inclusive, uma repercussão internacional negativa sobre a imagem do país e que, especificamente, sobre esse assunto, deveria, o governo federal e a ciência brasileira tratar com diplomacia ambiental para alavancar o agronegócio do Brasil.

O ex-diretor do INPE relatou que as pesquisas na Amazônia, usando sua biodiversidade, tem muito mais acuidade para fins sociais. Citou o exemplo de exploração de minério na serra pelada no Brasil e que a população do lugar não ganhou nada com a exploração da serra e que a Amazônia não deve ser explorada agora, pois o minério atingirá apenas grandes empresas, não trazendo nenhum benefício à população pobre que pode trabalhar perfeitamente na exploração da biodiversidade da Amazônia.

Segundo Marcelo Brito(ano), entre percepção e realidade, hoje o que ganha no mundo é a percepção. Com isso, ele quis dizer que a percepção que o Brasil passa para o mundo se volta contra nós mesmos, pois a organização necessária nos órgãos de controle, que está sendo tentada pelo atual governo, é muito ruidosa e cria uma repercussão negativa para o Brasil, beneficiando nossos competidores no agronegócio. E que o país precisa ter a competência para passar a percepção correta, visto que, em sua visão, o Brasil tem o melhor agronegócio do mundo, as melhores leis ambientais do mundo, excetuando-se a criminalidade que excede à função do ministro do meio ambiente.

Houve uma concordância entre o ex-diretor do INPE e o ex-ministro em que os sistemas brasileiros devem ser melhorados, mas que isso deve ser feito com a participação da ciência brasileira e outras instituições que conhecem a realidade do país. Contudo, questionou o ministro sobre o desenvolvimento sustentável, que o governo pensa em realizar, mas que em nenhum momento o governo consultou o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA) ou o Museu Goeldi ou o Instituto Mamirauá, instituições com conhecimento elevado sobre esse assunto. Ainda, que um programa que desenvolvimento sustentável deve ser articulado entre academia, empresas e governo.

O professor Galvão afirma que a ciência brasileira deverá ser utilizada pelo governo para buscar soluções para seus problemas, sem necessidade de contratações internacionais para isso.

Tal afirmação foi sustentada pelo Ministro do Meio Ambiente que ressaltou que o governo federal pretende contratar empresa privada para realizar o acompanhamento do desmatamento do Brasil e criticou o nacionalismo colocado pelo ex-diretor, informando que “ao invés do Brasil ter o melhor, tem o que tem só porque é brasileiro”.

Diante desse cenário, onde a pesquisa brasileira é maculada, é possível afirmar que a asserção do ex-diretor do INPE converge com a definição de conhecimento dada pelos filósofos Kant e Bourdieu onde o conhecimento inicia pela experiência e o meio onde se vive. Assim, entendemos que os brasileiros se tornam os ideais para desenvolverem pesquisas no país, visto que, são conhecedores de seus reais problemas.

A pesquisa científica está tornando-se secundária na disseminação do conhecimento, pois outros meios de difusão estão sendo utilizados, por exemplo, o

twitter citado por Marcelo Brito, que o utiliza para analisar a quantidade de visualizações em determinado assunto a fim de verificar como este está sendo repercutido mundo afora.

Ainda no debate, o professor Galvão reafirma que as pesquisas científicas devem ser usadas pelo governo e não apenas informações divulgadas na imprensa que não utilizam dados concretos, diferentemente dos pesquisadores que utilizam trabalhos científicos para embasamento e não “balelas” publicadas em jornais e *twitter*.

Assim, é perceptível o perigo eminente que a sociedade padece como um todo, quanto a todo tipo de manipulação que visa os interesses de mercado e de obtenção de lucros privados, quando estes detêm o domínio sobre a gestão, produção, difusão e controle político sobre as possíveis aplicações do conhecimento científico (ARAGÃO; MENDES NETA, 2017).

Porém a acessibilidade dessas informações ainda é restrita, convergindo, talvez, para que Castro (2004) afirmou quanto ao conhecimento científico que se tornou privilegiado.

Nos últimos anos tem havido muita insistência, na literatura especializada, sobre a necessidade de que as instituições de pesquisa não fiquem isoladas, e tratem de se vincular mais fortemente ao setor produtivo, tornando-se mais relevantes e conseguindo, ao mesmo tempo, mais apoio e recursos (SCHWARTZMAN, 2009, p. 362).

Oliveira e Valença (2015) enfatizam que há um consenso na comunidade acadêmica brasileira que instituições de ensino superior necessitem auxiliar os alunos, através das práticas de ensino tradicional, no desenvolvimento crítico de modo que os ajudem a enxergar problemas que os afligem, gerando soluções para eles.

Fazer pesquisa é uma forma de pensar metodologicamente, sendo a atitude científica uma “precondição comportamental diante da produção do conhecimento” nos obrigando a refletir através das normas da ciência (CARTONI, 2009). E o conhecimento científico surge da necessidade de o homem não assumir uma posição meramente passiva, de testemunha dos fenômenos, sem poder de ação ou controle desses (KÖCHE, 2011).

Köche (2011) afirma que a investigação científica gera o conhecimento científico, através de um produto que surge da vontade de prover explicações sistemáticas para serem testadas e criticadas por meio de provas baseadas na experiência e na observação, metódicas ou não, e de argumentações entre os

interessados na solução de um determinado problema. Portanto, da necessidade de originar um produto através de um conhecimento seguro.

Para Puhl (2016) é necessário ter um conhecimento teórico para se realizar uma pesquisa e orientar seus objetivos e procedimentos metodológicos. Ninguém pesquisa algo sobre o qual não possui nenhum conhecimento.

Contudo, ao contrário do senso comum, o conhecimento científico não acolhe a crença ou opinião a respeito de algo, com base em provas ou razões íntimas, ou como resultado da influência ou persuasão de outrem, como alicerce para justificar a aceitação de uma afirmação. Exige sim, experimentos e uma determinação sistemática do mérito de modo que seus resultados sejam estabelecidos entre os interessados no mesmo assunto (KÖCHE, 2011).

Um trabalho científico exige que o pesquisador busque uma ou mais respostas ao problema proposto, essa busca denomina-se pesquisa que tem em seu processo de desenvolvimento relacionado com método com a função de trilhar no “caminho das pedras” (CARTONI, 2009).

A objetividade do conhecimento científico não é baseada apenas no mecanismo de confronto entre a teoria e os dados empíricos para justificar a aceitabilidade de uma teoria, também exige a verdade semântica. Ainda assim, apesar de dados e provas fatuais serem trabalhadas na ciência, não há isenção de interpretações errôneas dessas informações (KÖCHE, 2011).

Puhl (2016) afirma que o que conhecemos é a condição de possibilidade de realizar um julgamento, pronunciar um juízo, reconstruir os conhecimentos pela pesquisa e, também, propor determinadas ações em nível de extensão.

Dessa forma o princípio da indissociabilidade da universidade, no que tange a pesquisa, deve ser trabalhado desde a educação básica, pois o ensino superior exige o uso de habilidades a mais, como o caso da escrita. Mas, um país que passa por dificuldades estruturais na educação, escrever tornou-se um grande problema. Assim, essa preparação para o ensino superior deveria ter atenção redobrada pelo sistema de ensino básico (OLIVEIRA; VALENÇA, 2015).

Em consonância com essa afirmação, Maia (2008) declara que os alunos que ingressam nas universidades são estimulados a desenvolver trabalhos científicos como parte dos requisitos de avaliação. Contudo, encontram diversas dificuldades em executar essa tarefa, possivelmente em decorrência de uma formação deficiente na formação básica.

Assim, agrega-se à universidade o papel de facilitadora por meio da disciplina de Metodologia Científica que visa auxiliar os alunos a superar as suas dificuldades na hora de elaborar uma produção científica. Na medida que se percebe os alunos cursando o último ano dos cursos de graduação e desconhecem as normas envolvidas na elaboração de textos científicos (MAIA, 2008).

Para Oliveira e Valença (2015), há um impacto dos alunos ao chegarem ao ensino superior, principalmente na pesquisa acadêmica que é obrigatória em todos os cursos e visa solucionar problemas propostos e tem seus preceitos basilares na metodologia científica e em normas devidamente rígidas e controladas. Sendo assim, a metodologia científica torna-se fundamental para todo percurso da vida acadêmica desses alunos.

Assim, as instituições de ensino devem oferecer a iniciação científica como atividade permanente. Pois a pesquisa universitária exige condições externas à realidade dos estabelecimentos de ensino superior privados do Brasil (MAIA, 2008) que objetivam o lucro, que surge através da oferta do ensino.

Conforme constatado por Campos, Santos e Santos (2009) “a maior parte dos alunos vê à pesquisa como elaboração de projeto de pesquisa”. Sendo a pesquisa científica uma forma de produzir conhecimento e estabelecer respostas a hipóteses e problemas iniciais, sendo um processo complicado e que exige disposição específica para finalizá-lo.

No ensino superior, professores e alunos deverão adaptar-se no processo de ensino e de aprendizagem, pois trata-se de uma mudança para ambos. Porém essa mudança não implica na natureza do ensino aprendizagem, pois toda forma de ensino e de aprendizagem, independem do nível de modalidade, sempre dependerão das mesmas condições (SEVERINO, 2002).

Para Gonçalves (2015) pode ser considerada universidade a instituição que possui formação graduada e pós-graduada, pesquisa e extensão. Na ausência destes, há ensino superior, não há universidade.

Gonçalves (2015) afirma ainda, que no projeto ‘universidade pública’ há um sentido de formação e de produção de conhecimento e caso a indissociabilidade se tornar isolada, não haverá consolidação desse projeto.

Segundo Buarque (1994 *apud* Maia, 2015) a universidade possui o papel permanente de gerar saber de nível superior, viabilizando o funcionamento da

sociedade, sendo demonstrado distintamente para cada tipo de sociedade que se deseja.

Neste sentido, a universidade é convocada a ser o palco de discussões sobre a sociedade, mas não em termos puramente teóricos, abstratos. Deve ser o espaço em que se desenvolve um pensamento teórico-crítico de ideias, opiniões, posicionamentos, como também o encaminhamento de propostas e alternativas para solução dos problemas. Não resta dúvida de que essas tarefas constituem um aprendizado difícil e por vezes exaustivo, mas necessário (FÁVERO, 2006, p. 19).

A universidade, segundo Gonçalves (2015), estabeleceu-se como espaço no qual o indivíduo desenvolve para com ele relação de identidade e produz conhecimento, atrelando, posteriormente, a função de formação de profissionais, trazendo como marca o conhecimento científico com uma autonomia autocentrada o que lhe permite estabelecer o que merece ser pesquisado.

Porém, com tantas decisões divergentes enfrentadas atualmente, a universidade vê-se como uma fronteira excedente à produção de conhecimento. Torna-se cada vez mais uma peça que liga as vigas de uma sociedade constantemente em construção.

No momento em que a procura da universidade deixou de ser apenas a procura de excelência e passou a ser também a procura de democracia e de igualdade, os limites da congruência entre os princípios da universidade e os princípios da democracia e da igualdade tornaram-se visíveis: como compatibilizar a democratização do acesso com os critérios de seleção interna? [...] como é possível [...] adaptar os padrões de educação às novas circunstâncias sem promover a mediocridade e descaracterizar a universidade? (SANTOS, 2005b *apud* GONÇALVES, 2015, p.1236).

Santos (2005) ressaltou ainda, na proposição de universidade, que uma crise proveniente da nova configuração econômica e política após a segunda guerra mundial e de debates entre o modelo e o papel do Estado quanto sua responsabilidade para com a educação, está presente na Constituição.

Diante de tal afirmação que se voltam à tempos pretéritos, mas tão atuais, onde, de um lado, a sociedade questiona as responsabilidades das universidades e suas respostas quanto suas demandas e a aplicação do conhecimento gerado e, de outro, as reconfigurações do papel do governo que implicam na diminuição dos recursos de financiamento público para a educação e, ainda, a incitação às universidades públicas para buscarem financiamento privado, podemos afirmar que esse cenário estimulam as preocupações internas quanto ao papel das universidades.

Segundo Cartoni (2009), a crise é uma característica da ciência moderna. A insegurança, trazida pela mudança, é gerada pelo fracasso da ciência em produzir os resultados esperados, mas também é a inspiração para buscar novas regras e

renovação dos instrumentos. Assim, o termo crise deve ser usado como regra para o processo de mudança que destaca a ética e epistemologia para as práticas científicas.

Em 2005, Boaventura de Souza Santos (*apud* Gonçalves, 2015) verificou que as crises enunciadas à época iriam avançar, mas apresentariam maneiras para uma reforma criativa, democrática e emancipatória da universidade pública. E para tal, a transformação do conhecimento universitário para o conhecimento ‘pluriversitário’ (aquele “conhecimento contextual na medida em que o princípio organizador da sua produção é a aplicação que lhe pode ser dada”).

Desse modo, Cartoni (2009) nos diz que é necessário deixarmos “a ideia sedutora que a ciência busca a verdade” e que descreve a realidade e cada uma das faces através das quais algo pode ser vista. Sendo mais fácil abordarmos contrariedades da pesquisa científica, que envolvem fenômenos complexos, existência confusa e com incertezas.

É impreterível destacar que ao integrar os três eixos da universidade não significa anular metodologias e estabelecer um método único de fazer pesquisa, produzir saberes, mas acena para a sensibilidade e abertura de cada qual às contribuições, leituras, compreensões das outras ciências e dos outros métodos. É na mútua contribuição que se afirma a especificidade de cada ciência na construção dos espaços acadêmicos e do mundo comum (PUHL, 2016).

Todo conhecimento produzido, em qualquer instância e organização da vida humana, tem sempre um caráter social (ARAGÃO; MENDES NETA, 2017).

Assim, por meio da prática de pesquisa, os professores e estudantes devem tornar oportuno novos conhecimentos à sociedade, imputando-lhe um costume a ser usado no ensino superior e nas demais modalidades de ensino, facilitando, significativamente, a vida do ingressante ao ensino superior (OLIVEIRA; VALENÇA, 2015).

A produção do conhecimento científico deve ser reconhecida como coletiva, pois o homem não produz conhecimento sozinho e, após produzido, o conhecimento toma parte da vida do próprio homem, contribuindo para conservação da própria sociedade (MOROZ; GIANFALDONI, 2006).

Isto posto, pode-se declarar que a universidade em sua concepção deve ser em prol da sociedade. Onde as pesquisas realizadas pelas instituições brasileiras de pesquisa, como afirmado, repetidamente, pelo professor Galvão deve ser utilizada

pelo governo como base para tomada de decisões, convergindo com Fávero (2006, p. 19) onde afirma que a universidade:

foi criada não para atender às necessidades fundamentais da realidade da qual era e é parte, mas pensada e aceita como um bem cultural oferecido a minorias, sem uma definição clara no sentido de que, por suas próprias funções, deveria se constituir em espaço de investigação científica e de produção de conhecimento. Produção essa que deveria procurar responder às necessidades sociais mais amplas e ter como preocupação tornar-se expressão do real, compreendida como característica do conhecimento científico, mas sem a falácia de respostas prontas e acabadas.

Fávero (2006), embora trate das crises vivenciadas pela universidade no século passado, nos remete as mesmas afirmações em tempos atuais, no levando a refletir sobre o posicionamento de Karl Marx e mais ainda de Shaw, sobre a experiência que vivemos:

seria ingenuidade pensar que a crise e/ou impasses que as instituições universitárias enfrentaram até a década de 60 do século passado se restringem à universidade ou se circunscrevem aos limites do universo educacional. A crise da universidade pode ter relação íntima com o colapso de instituições existentes na sociedade brasileira, que não satisfazem ou não atendem aos interesses da velha ordem e, ao mesmo tempo, ainda não tinham assumido um papel atento a responder às necessidades emergentes (FÁVERO, 2006, p. 19).

A universidade, contextualizada até agora, direcionou-nos para seu papel, cada vez mais claro, na sociedade. Contudo, ainda há necessidade de cercear partes que estabelecem divisões, internas e externas, do conhecimento produzido dentro da universidade para expansão significativa e visível pela sociedade, para irmos de encontro com a hegemonia a fim de conseguirmos usufruir do direito constitucional de autonomia universitária, ainda que estejamos e vivenciemos constantemente crises nessa trajetória (SANTOS JR, 2013).

Além disso, uma segunda revolução na missão da universidade, surge com a emergência da inovação e a atuação da Universidade como protagonista do processo de desenvolvimento econômico e social da sociedade. Atingindo a sociedade com mais uma mudança disruptiva, no contexto da missão e da atuação das universidades (AUDY, 2017).

Audy (2017) ainda afirma que os impactos dessa mudança são imensos, pois geram novos desafios e oportunidades para as instituições e isso independe da posição das equipes de gestão. Os mecanismos de geração de empreendimentos, como incubadoras, bem como os ambientes de inovação, como parques científicos e tecnológicos, desafiam as instituições a se reconsiderarem profundamente. Pois isso solicita das instituições novas formas e posicionamento nas interações com outros

atores da sociedade, gerando a necessidade de novas relações entre ensino, pesquisa e inovação no interno da instituição, e novas conexões com empresas, de todas as esferas, assim como os governos.

Moroz e Gianfaldoni (2006 *apud* Aragão; Mendes Neta, 2017) perceberam, assim, que a comunicação se torna ainda mais relevante, pois atribui-se à ciência a responsabilidade de partes das modificações que ocorrem na sociedade, interferindo indiscutivelmente, quando consideramos as inovações tecnológicas, pois novos produtos são criados a partir do conhecimento científico. Evidencia-se pouco, porém, quando consideradas as atividades humanas, como as atividades didáticas e condutas de orientação médica, que tem seu desenvolvimento no conhecimento científico, ratificando a necessidade da comunicação.

À medida que estes conhecimentos forem veiculados e debatidos amplamente pela sociedade, poderão ter condições de interferir tanto no que está sendo produzido como na direção a ser dada às suas possíveis aplicações. (MOROZ e GIANFALDONI, 2006, *apud* Aragão e Mendes Neta, 2017).

Por conseguinte, a missão das universidades necessita de ponderações quanto às adaptações das estruturas acadêmicas que são necessárias frente à essa nova realidade, tanto da comunicação quanto como os Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) e os Escritórios de Transferências de Tecnologia (ETT). Necessitando de um estudo pormenorizado de cada parte de seu todo, para conhecer melhor sua natureza, suas funções, relações etc., para verificação dos impactos na visão de futuro da universidade (ANDY, 2017).

O princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão imposto constitucionalmente às universidades, passa a ser mais oportuno, visto que a extensão visa mudar a vida das pessoas fora da universidade, conforme exposto no documento Política Nacional de extensão de 2012:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da tríaxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é

um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX, 1987, pg. 1).

E a pesquisa pode mudar a vida das pessoas dentro da universidade.

O Governo Federal em 28 de agosto de 2019 publicou o Decreto nº 9.991 que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento.

Esse decreto institui no § 3º do artigo nº 22 que: o projeto de pesquisa a ser desenvolvida durante o afastamento dos servidores da administração pública, estará alinhado à área de atribuição do cargo efetivo, do cargo em comissão ou da função de confiança do servidor ou à área de competências da sua unidade de exercício.

Nesse caso, a interferência do governo federal converge com a ideia de desenvolvimento autocentrado, aplicado aos servidores, o que aflui com as ratificações do professor Galvão no debate em 2019, onde sustenta que é necessário utilizar os conhecimentos produzidos no país para auxiliar na tomada de decisão. De maneira igual a universidade que passará a ser usuária de seus próprios produtos.

O educador Anísio Teixeira, afirmou que a universidade possui uma função única e exclusiva, que não trata apenas de propagar conhecimento ou, unicamente, de conservar a experiência humana, pois o livro também possui esse papel. Também não é, somente, de preparar práticos ou profissionais, de ofícios ou artes. Pois aprendizagem direta assim o faz, ou, em último caso, escolas muito mais singelas do que as universidades. (TEIXEIRA, 1998).

Fávero (2006), explica que através dessa afirmação, Anísio Teixeira deixa claro que uma das características da universidade é a de ser um local específico de investigação e de produção do conhecimento. Mas para concretização, desse projeto de universidade, é necessário o exercício da liberdade e a efetivação da autonomia universitária, remetendo à década de 30.

Tão análogo a esse contexto, a atualidade da universidade passa por novas avaliações e reestruturas devem ser pensadas, assim como adaptações devem ser realizadas, principalmente no que tange a economia.

Nessa fatia que nos cabe, podemos usufruir do desenvolvimento autocentrado, através das regras da nossa casa. Mas, dentro do contexto da administração pública, os regimentos aplicados são através de legislação, ou no caso

da universidade: Resoluções, que são decisões administrativas que permitem o manuseio dos recursos administrativos internamente, obedecendo dispostos nas leis.

Conforme Puhl (2016), ainda que a universidade seja organizada em cursos distintos, jamais deve excluir sua marca registrada: a de ser “universidade”. Ela pode mudar o mundo nesse processo de construção contínua da sociedade, a começar pelo seu.

Assim, é necessário expandir e transparecer a ciência, transformando-a em algo palatável à sociedade, permitindo o maior entendimento de ações e resultados.

4. ANNA E A FERRAMENTA

Este capítulo tem o propósito de mostrar o lugar da inovação para permitir a mudança da maneira que a própria comunidade acadêmica se relaciona com a instituição, utilizando uma ferramenta virtual que visa entregar soluções para a instituição a partir de pesquisas desenvolvidas por aquela comunidade acadêmica, identificada por uma marca, sem obrigatoriedade de vínculo com pós-graduação ou programas de iniciação científica. Podendo relacionar-se com o edital que será publicado pela Pró-Reitoria de Planejamento como forma de obter uma gestão participativa, permitindo que a administração tenha acesso a aquele tipo de conhecimento produzido pela própria instituição.

4.1 A INOVAÇÃO NA UNIVERSIDADE

Conforme explicado no capítulo 02, uma segunda revolução na missão da universidade pública surge com a emergência da inovação e a atuação da Universidade, como protagonista do processo de desenvolvimento econômico e social da sociedade, atingida por mais uma mudança disruptiva, no contexto da missão e da atuação das universidades públicas, gerando novos desafios e oportunidades às instituições. Solicitando, dessas instituições, novas formas e posicionamento nas interações com outros atores da sociedade, gerando a necessidade de novas relações entre ensino, pesquisa e inovação no interno da instituição (AUDY, 2017).

Segundo Chaves e Coelho (2016), a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) criada em 2004, permitiu a aproximação da população à produção de Ciência e Tecnologia, popularizando o conhecimento científico. Percebendo-se a participação efetiva da sociedade em geral, concedendo a desmitificação que ciência é limitada aos laboratórios.

Para o pró-reitor de planejamento (gestão 2016 – 2019) da UFRR, se houvesse um diálogo maior entre a parte técnica e a parte acadêmica seria mais fácil resolver as problemáticas da universidade. Mas, enxerga ainda um distanciamento grande da docência, talvez porque os professores possuem muitas atividades e não há priorização nesse sentido, porque não há contrapartida financeira em relação a bolsas (informação verbal)¹¹.

¹¹ Informado através de uma entrevista semiestruturada em 2020.

O pró-reitor de planejamento (gestão 2016 – 2019) também apresentou uma possível solução para essa questão: o Plano de Tempo Disponível (PTD) que os professores devem apresentar no início do semestre poderia conter esses trabalhos, de apoio gerencial, de modo que poderia ser contado como hora trabalhada.

O desafio proposto é permitir o estreitamento da comunicação e integração na maneira em que a comunidade acadêmica se relaciona com a instituição e sociedade, o qual, atualmente, está sendo planejado para futura implantação baseando-se no Concurso Inovação no Setor Público – Modalidades de Práticas Inovadoras.

Escobar (2019), afirma que a superação de alguns vícios e preconceitos da própria academia com relação ao setor privado é um dos principais desafios apontados pelos participantes do SciBiz Conference (evento realizado pela USP, que reuniu cientistas e empresários, em 2019).

O biólogo Carlos Hotta, em 2019 no SciBiz Conference, afirma que os pesquisadores precisam pensar na inovação como um caminho natural possível da sua pesquisa, não como algo extraordinário ou que represente um desvio de função.

Audy (2017), identificou três exemplos sobre inovação disruptiva no contexto da educação superior com impacto no presente e futuro das universidades:

- I - as tecnologias online de aprendizagem;
- II - as mudanças no perfil dos empregos no mundo do trabalho e a educação continuada (long life learning); e
- III - a terceira missão e a atuação como vetor do desenvolvimento econômico e social.

Para Chaves e Coelho (2016), por meio das parcerias com instituições de pesquisa científica e tecnológica, sejam universidades, centros e museus, escolas, associações científicas e Governos Estaduais e Municipais, será possível a disseminação da cultura de inovação.

Vicentine (2009, p. 227) cita diversas definições para inovação, como a do professor Peter Drucker onde afirma que a: “Inovação é o ato de atribuir novas capacidades aos recursos (pessoas e processos) existentes na empresa para gerar riqueza”, ou de Ernest Gundling: “Inovação é uma nova ideia implementada com sucesso, que produz resultados econômicos”. De C.K. Prahalad: “Inovação é adotar novas tecnologias que permitem aumentar a competitividade da companhia” ou por fim, Tom Kelley: “Inovação é o resultado de um esforço de time”.

É possível afirmar que para inovar em ambiente acadêmico é necessário um esforço de toda comunidade acadêmica, de um time. Pois ainda que haja desenvolvimento de pesquisas para soluções de problemas internos, se não houver contrapartida por parte da administração não haverá implementação das ideias.

Não é possível considerar para as universidades a questão de “gerar riqueza”, pois no ambiente acadêmico a riqueza é o conhecimento. Assim como não estamos disputando um lugar no mercado, que já possui o seu lugar, mas a universidade tem a validação objetiva do saber (ROMANO, 2005).

Segundo Escobar (2019), o reconhecimento da promoção da inovação como responsabilidade do poder público é algo recente no Brasil, e que ainda precisa ser incorporado na prática pelas autoridades e instituições públicas de pesquisa.

Através da pesquisa nas universidades, surgem produtos e processos tecnológicos inovadores, contribuindo para sanar as necessidades da sociedade (SERZEDELLO; TOMAEL, 2011). Contudo, Fava-de-Moraes (2000) afirma que a pesquisa básica executada pela universidade, na condição espontânea, ainda possui a maior fonte de resultados aplicáveis, diferente daquela “encomendada”.

Segundo Machado e Rupphental (2014), a lei de inovação veio com o propósito de fazer com que o processo da inovação tecnológica seja gerado desde as Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) até às empresas, com pesquisadores trabalhando na iniciativa privada sem perder o vínculo com a ICT.

A Universidade Federal do Amazonas (UFAM) incorporou ações direcionadas a manter relações com o público externo, envolvendo competências interdisciplinares que incluem a difusão da cultura da inovação, com a possibilidade de exploração econômica dos resultados da pesquisa (CHAVES; CRUZ FILHO, 2017).

4.2 A UNIVERSIDADE E O GOVERNO FEDERAL

A instituição universidade teve sua construção sócio-histórica a princípio na Europa. Porém, as universidades conservaram elementos próprios, de natureza nacional ou regional, através de suas especificidades perante as diretrizes políticas, religião, cultural e econômica, que são alheias à escala europeia e que resultam em distintos modelos (LIMA; AZEVEDO; CATANI, 2008). Esses autores ainda afirmam que essa diversidade é resultado de um processo extenso da construção de cada país.

A educação brasileira vem apresentando mudanças nas últimas décadas, havendo uma expansão significativa ao acesso aos ensinos fundamental e médio. Assim, com o interesse de jovens em cursar o ensino superior, coube ao governo federal elaborar uma política pública de expansão nas vagas do ensino superior (SOUZA; MENEZES, 2014).

Segundo Martins (2006), conjuntamente a ampliação de acesso ao ensino superior, o financiamento público não tem, de modo geral, acompanhado o andamento dessa demanda, que tem assumido uma disposição específica em cada sociedade concreta.

Uma política pública é formulada em meio a um complexo jogo político, no qual diversos atores buscam influenciar a decisão governamental em favor dos seus interesses (SOUZA; MENEZES, 2014).

O Governo de Fernando Henrique Cardoso fez reformas na área de educação, empreendendo uma investigação sobre o quadro do ensino no país. Para isso, avaliaram-se os cursos de primeiro e segundo graus e de nível superior — graduação e pós-graduação — e implantou-se o Exame Nacional de Cursos compulsório para os formandos (LEMOS; CARNEIRO, 2009). Em 1996, foi sancionada a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), baseada em projeto do senador Darcy Ribeiro, mediante introdução de novas medidas de avaliação e diversas políticas voltadas à busca da melhoria da qualidade dos cursos e das instituições que o oferecem. Medidas, estas, que levaram à multiplicação de novas instituições, particulares, e de muitos cursos, inéditos (TRIGUEIRO, 2003).

Para Lima, Azevedo e Catani (2008) a reforma universitária do Governo Lula tem, entre outras, as seguintes marcas:

- Definição de um modelo de financiamento universitário;
- Regulação da transnacionalização das Instituições de Ensino superior – IES;
- Política de cotas para estudantes de escolas públicas, negros, índios e criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI);
- Submissão das universidades ao princípio da Responsabilidade Social; e
- Avaliação e acreditação das IES com vistas a assegurar a qualidade.

Segundo Santos (2012), a adoção de políticas de cotas nas universidades públicas do País destaca-se no que diz respeito às polêmicas em torno dessas medidas compensatórias e no que se refere à produção acadêmica sobre o tema. Por outro lado, a prática universitária dos bolsistas do Programa Universidade para Todos

(ProUni) nas instituições privadas ainda não recebeu atenção proporcional à magnitude do programa, por parte dos pesquisadores.

O Prouni destina-se:

“à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% ou de 25% para estudantes de cursos de graduação em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos”

Em 2014, o Prouni havia concedido 2.227.038 bolsas, das quais 1.296.935 eram integrais e 930.103 mil, parciais (MARQUES, 2015 *apud* PIRES; ROMÃO, VAROLO, 2019).

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (Reuni) faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e foi instituído em 6 de abril de 2007 pelo Decreto Presidencial n. 6.096 sendo apresentado às universidades federais em 2008, sob a pretensão do importante papel das universidades federais no desenvolvimento econômico e social do país.

A principal finalidade do Reuni é reduzir as desigualdades sociais com relação ao acesso e à permanência no ensino superior. O Governo Federal pretendeu alcançar, em cinco anos, a meta de 30% de jovens, entre 18 e 24 anos, matriculados no ensino superior. Porém, em 2007, apenas 13,1% haviam sido atingido, ou seja, 86,9% dos brasileiros entre 18 e 24 anos não cursavam o ensino superior. O Reuni estabeleceu também a meta de elevar a taxa de conclusão média em cursos de graduação para 90% e a relação de um professor para dezoito alunos de graduação em cursos presenciais (LIMA; MACHADO, 2016).

O programa Future-se traz a prerrogativa de que as universidades necessitam de atualizações, por serem obsoletas. O programa busca, por meio da contratualização com uma Organização Social (OS), gerir as atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior, em especial àquelas que possuem relação com a pesquisa, inovação, internacionalização e gestão (SERAFIM, 2019).

A Universidade Federal da Bahia publicou em agosto de 2019 um dossiê a respeito do programa Future-se, onde é afirmado que esse programa tornou-se público numa situação em que as universidades federais se encontravam ameaçadas pelo estrangulamento financeiro, com o corte de 30% dos recursos, imposto pelo Governo Bolsonaro, o que vem inviabilizando o seu custeio e funcionamento (CRH-UFBa, 2019).

A despeito disso, Serafim (2019) afirma que foi criado um alvoroço intencional, que precisa ser explicado dentro de “um projeto de acirramento da crise” que as universidades vêm vivenciando, alcançando o Programa Future-se. Havendo um aparente propósito na perseguição midiática às universidades federais, gerando uma concepção para sociedade sobre a “falência” institucional das universidades públicas.

As Universidades Federais não participaram da elaboração da proposta do Future-se, embora sejam as principais interessadas no plano, não tiveram qualquer participação para apresentar considerações ou sugestões. Porém, 17 horas antes da divulgação para a mídia conseguiram conhecer parte do plano. Esse vício de origem é gravíssimo e sem precedentes na história do MEC, pelo menos após a Constituição de 1988 (CRH-UFBa, 2019).

Para Serafim (2019), o atual governo brasileiro, acumulou falas e atos proferidos contra a educação, universidades, corpo docente, universitários etc., jamais vistos desde o regime civil-militar. Tamanha a gravidade de tais atos é mostrada através do manifesto de ex-ministros da Educação, de diferentes governos e ideologias. O âmago dessa posição do governo foi a apreensão com as ameaças às liberdades e a autonomia universitária, assim como a manutenção do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

A carta de Vitória, resultado da 176ª reunião da ANDIFES, resumiu a universidade pública com seguinte trecho:

O sistema de Universidades Federais é um patrimônio de nosso povo. Elas representam uma das apostas mais significativas da sociedade brasileira no conhecimento, na ciência, na formação de recursos humanos, no desenvolvimento social e tecnológico, na cultura e nas artes. A educação pública é, desse modo, uma recusa sistemática do atraso e da ignorância, uma opção atual e de longo prazo pela civilização (ANDIFES, 2019).

Serafim (2019) afirma que as universidades ainda estão em processo de maturidade institucional, natural ao seu processo constituinte e temporal. Nesse caminho percorrido percebe-se um crescimento e expansão da atuação dessas universidades. Incluindo a conquista de sua autonomia, da escolha pela própria comunidade científica, não criando um isolamento da sociedade, mas, pelo contrário, em maior potencial de aproximação.

Para Trigueiro (2003), no Brasil, o correto é afirmarmos que ainda estamos em processo de estruturação; ou seja, não há sentido falar em “reformular ou (re)estruturar algo que nem bem se estabilizou”, visto que vem ocorrendo nas instituições de ensino

superior no Brasil muitas medidas no processo de amadurecimento interno e de consolidação de padrões institucionais.

4.3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa experimental, empregando a referência de pesquisa descritiva, qualitativa e aplicada, com abordagem indutiva, partindo do estado da arte da universidade pública para uma ferramenta virtual que possa servir como canal de disseminação do conhecimento científico produzido na Universidade Federal de Roraima identificada por uma marca sendo avaliada por especialistas.

Para realização deste método foi necessário o uso de fontes primárias: através de entrevista semiestruturadas com ex-gestores da Universidade Federal de Roraima. Outro instrumento utilizado para elaboração deste trabalho foi a pesquisa-ação por meio do conhecimento, experiência e vivência da autora deste trabalho, enquanto técnica administrativa da Universidade Federal de Roraima. Fontes secundárias: Pesquisa documental, com análise de documentos oriundos do Governo Federal e internos da Universidade Federal de Roraima e análise bibliográfica (artigos, teses, monografias, dissertações).

Os elementos de pesquisa documental buscaram compreender o contexto do processo de interação entre Universidade Pública, Governo e Sociedade de forma a configurá-lo.

4.3.1 Desenvolvimento da ANNA

Para cumprir com objetivo deste trabalho que é desenvolver uma ferramenta virtual de apoio à gestão que armazene as pesquisas desenvolvidas na UFRR para disseminar as produções internas, foi necessária a utilização das ferramentas Photoshop e Illustrator para criação de *templates*, PostgreSQL como Banco de Dados e PHP como linguagem de programação.

No processo de criação da marca foi utilizado o *Illustrator* que é um editor de gráficos vetoriais, baseado em design vetorial, podendo reduzir as ilustrações para utilização em diversas telas (como de smartphones) ou ampliá-las a tamanhos significativos (para outdoors).

A fim de complementar o desenho, após a criação da ilustração dos vetores da marca, dando-lhe um detalhe regional, foi utilizado o Photoshop, que permite a criação de imagens e design gráfico, permitindo a edição de imagens e composição

de imagem digital. Sendo a ferramenta mais utilizada para editar imagens fotográficas. Este programa foi utilizado para agregar o iconográfico das cestarias Macuxi à marca, inspirada nas tramas do étimo Macuxi.

O *Illustrator* também foi utilizado para a criação do banner de apresentação da ferramenta, dando um visual diferenciado e chamativo para apresentação da tela inicial.

Para criação do avatar utilizou-se ainda o *Illustrator* a fim de preservar a qualidade da imagem.

Após a criação isolada dos elementos gráficos, utilizou-se o Photoshop para a construção do design gráfico da ferramenta, de modo que possibilite a construção do *template*, com as dimensões adequadas, combinações de cores e fontes disponíveis para servir de partida para a implementação do software (protótipo).

4.4 RESULTADOS

Segundo pró-reitor de planejamento (gestão 2016 – 2019) da UFRR, existe um distanciamento entre a parte administrativa e a parte acadêmica para chegar uma solução adequada para as dificuldades enfrentadas. Faltando um trabalho direcionado pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas para adequação dos técnicos administrativos em suas formações e assim conseguir uma integração maior.

Contudo, segundo ele, existe uma iniciativa no Plano Estratégico da UFRR que é realizar um diagnóstico na instituição com os técnicos administrativos, buscando suas áreas de formações e especialidades.

“Tal iniciativa é extremamente relevante, pois na expansão das universidades com o REUNI, muitas vagas foram disponibilizadas para UFRR e a administração deixou de conhecer seus técnicos”.

Esse pró-reitor informou pode dar como resposta científica, de sua formação, a aplicabilidade na prática das disciplinas que ministra, planejamento, onde pode mesclar a teoria com a prática e utilizando, principalmente, o plano estratégico da UFRR (informação verbal)¹².

Para o reitor (gestão 2016 – 2019) da UFRR faltou uma capacitação específica para gestão. Os professores, em suas formações, são docentes e pesquisadores, mas diversas vezes precisam assumir o papel administrativo e realizando uma capacitação particularizada poderiam ter uma visão mais ampla para retirar os embargos

¹² Informado através de uma entrevista semiestruturada em 2020.

administrativos e assim conseguir combinar a função de pesquisador e gestor (informação verbal)¹³.

O pró-reitor de planejamento (gestão 2016 – 2019) afirmou que para a UFRR manter-se em funcionamento pleno o reitor teve um papel fundamental, pois constantemente encontrava-se em viagens a fim de conversar com parlamentares para conseguir verbas para UFRR. Assim, com as emendas parlamentares a UFRR pode complementar seu orçamento e garantir o funcionamento (informação verbal)¹⁴.

O reitor da UFRR (gestão 2016 – 2019) declarou que a autonomia da universidade limita-se ao que está determinado na legislação, reafirmando a existência parcial da autonomia das universidades (informação verbal)¹⁵.

Segundo a pró-reitora de administração (gestão 2016 – 2019), a Universidade Federal de Roraima (UFRR) sofreu o bloqueio de 42,92%, representando um total de R\$ 22.111.731,000 a menos no orçamento da universidade e isso fez com que a gestão superior buscasse estratégias para amenizar os efeitos desse bloqueio, iniciando ainda em maio de 2019, a suspensão de 5 turmas do programa Inglês em Fronteiras, permitindo apenas o funcionamento das turmas já em andamento.

Segundo o pró-reitor de planejamento (gestão 2016 – 2019), a UFRR defronta-se com adaptações constante, um malabarismo, para conseguir se manter com a limitação orçamentária. As despesas continuadas (pagamento de pessoal, limpeza, água, energia) são prioridade. O orçamento da universidade, aumentando ou reduzindo, deve manter esses pagamentos em dia, necessitando verificar as necessidades urgentes, mas respeitando a lei, para serem atendidas dentro do orçamento anual (informação verbal)¹⁶.

Para o pró-reitor de planejamento (gestão 2016 – 2019) da UFRR, a burocracia, existente, por vezes atrapalha a tempestividade que as demandas internas precisam. Pois é necessário cumprir trâmites que muitas vezes são morosos e pouco maleáveis (informação verbal)¹⁷.

Segundo a diretora de pesquisa da PRPPG (gestão 2016 – 2019), a UFRR não sofreu grandes impactos dessa redução no financiamento das principais agências de fomento (CNPQ e CAPES), pois existe uma contrapartida financeira por parte da

¹³ Informado através de uma entrevista semiestruturada em 2020.

¹⁴ Informado através de uma entrevista semiestruturada em 2020.

¹⁵ Informado através de uma entrevista semiestruturada em 2020.

¹⁶ Informado através de uma entrevista semiestruturada em 2020.

¹⁷ Informado através de uma entrevista semiestruturada em 2020.

própria UFRR, assim os grupos de pesquisa deram continuidade sem grandes problemas (informação verbal)¹⁸.

Por outro lado, segundo ela, para o financiamento de bolsas para pós-graduação teve uma redução significativa, não por parte orçamentária, mas, principalmente, pela dificuldade em utilização do sistema.

Conforme explicado pela diretora, a bolsa só é liberada após cadastramento do pesquisador no sistema da CAPES. Embora não se saiba a relação entre a redução do financiamento com o não funcionamento do sistema, a UFRR não consegue cadastrar novos pesquisadores, assim, quando um projeto é encerrado a bolsa não tem nova destinação (informação verbal)¹⁹.

Segundo o pró-reitor de planejamento (gestão 2016 – 2019), o Governo Federal precisa continuar mantendo as instituições públicas de ensino superior, conforme está na constituição, pois existem alunos sem condições financeiras para manter-se na universidade. Mas é possível que uma parcela dos alunos que estejam na universidade, hoje, pague uma parte para o governo. Para ele, sem as cotas, as vagas da universidade pública seriam destinadas apenas aos que possuem condições financeiras suficiente para pagar uma boa preparação para o vestibular (informação verbal)²⁰.

4.5 FERRAMENTA VIRTUAL ANNA

Segundo Martins (2015), o grande desafio dos gestores das instituições públicas de ensino superior é a manutenção de um sistema de informação gerencial que forneça informações oportunas para tomar decisões acertadas. E que facilite a difusão das estratégias da organização.

Quando se falar em ‘base de dados’, ‘software’ e/ou ‘sistema’, alguns membros da comunidade acadêmica imaginam como um ato complexo para utilização, também, resulta em preocupação quanto observamos os sistemas do Governo Federal. Porém, apresenta-se aqui uma solução viável e de fácil utilização para permitir a utilização por todos os interessados em cadastramento de suas pesquisas, utilizando os recursos disponíveis na UFRR, com custos baixos.

¹⁸ Informado através de uma entrevista semiestruturada em 2020.

¹⁹ Informado através de uma entrevista semiestruturada em 2020.

²⁰ Informado através de uma entrevista semiestruturada em 2020.

Marca e o *software* são meios de publicizar as pesquisas desenvolvidas de modo que toda comunidade acadêmica tenha acesso. Portanto, o meio de divulgação e informação da instituição mais acessado hoje pela comunidade acadêmica e sociedade como um todo e que, inclusive, obedece às regras governamentais, são os sites institucionais.

Assim, aos olhos do usuário final, o site institucional é lugar da inovação que visa mudar a maneira que a própria comunidade acadêmica se relaciona com a instituição e exibirá a resolução interna que regulamenta a maneira como a administração tem acesso aquele tipo de conhecimento produzido pela própria instituição.

Diante de tais fatos, não resta dúvidas que para resolver os problemas da “casa”, a melhor solução seria por meio de uma legislação interna que regulamente a maneira como a administração tem acesso àquele tipo de conhecimento que a própria instituição produz.

Assim, o que diferenciaria a proposta de união entre a Marca e o *software* dos sites institucionais? Como tornar o *software* distinto e inconfundível quanto a prestação da informação?

A necessidade da criação da marca ou logotipo que identificasse essa ferramenta é perceptível e evidente, nesse contexto.

O Instituto Nacional de Propriedade Industrial define marca como sendo um sinal distintivo cujas funções principais são identificar a origem e distinguir produtos ou serviços de outros idênticos, semelhantes ou afins de origem diversa.

Quanto à sua natureza, as marcas são classificadas como de produto ou serviço, coletiva e de certificação.

A Lei nº 9.279 de 14 de maio de 1996, institui no artigo 123, inciso I que: Marca de produto ou serviço é aquela usada para distinguir produto ou serviço de outros idênticos, semelhantes ou afins, de origem diversa (BRASÍLIA, 1996).

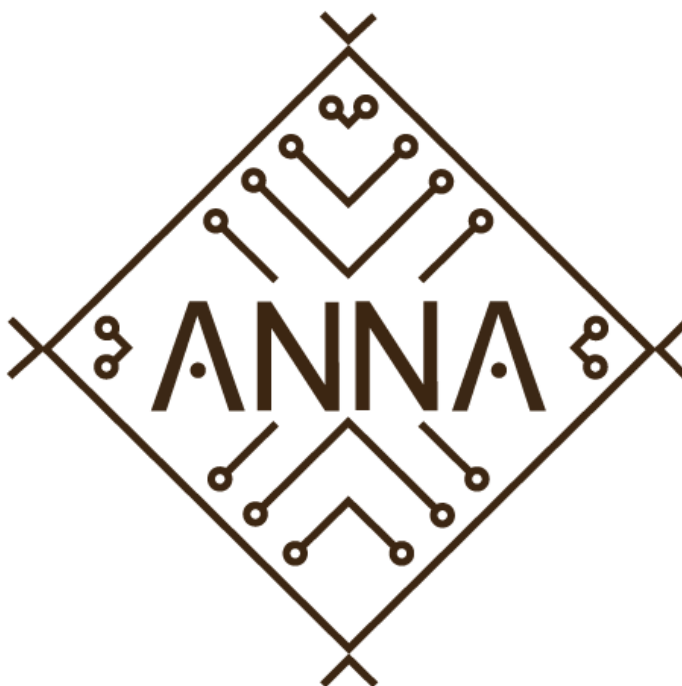
Dessa forma, foi importante buscar um viés voltado às peculiaridades da Universidade Federal de Roraima, sua localização geográfica, a diferenciação cultural, influências e o regionalismo em si. Chegando assim, a identificação proposta: ANNA.

O estado de Roraima é, proporcionalmente, o estado do país com maior população indígena. Segundo o Censo 2010, último divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estado possui 450.479 habitantes, sendo 49.637 pessoas se declararam indígenas no Estado (IBGE, 2020).

Das etnias que formam a população de Roraima, a mais populosa é a Macuxi, que possui cerca de 11.598 pessoas que vivem na região do lavrado e praticando a pecuária.

Assim, ANNA é uma palavra em Macuxi que significa “nosso” e IPU’TÍ também em Macuxi, significa “saber” / “conhecimento”, dessa forma: “nosso conhecimento”, não agregado à marca, mas a ferramenta apenas, conforme figura abaixo:

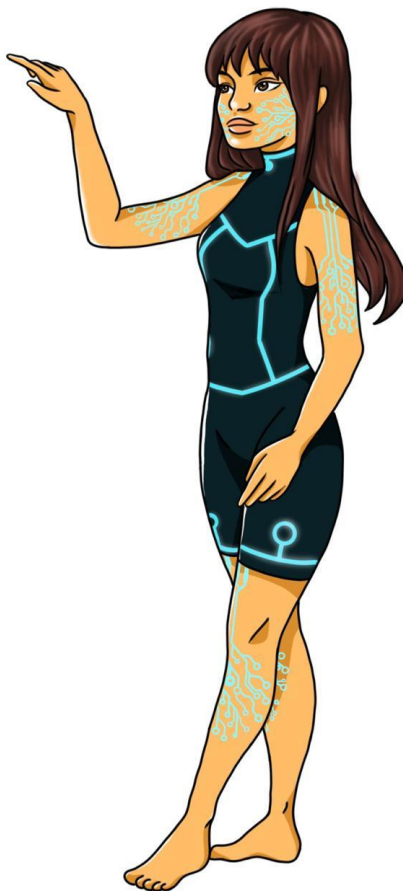
Figura 02 – Identificação da marca ANNA



Fonte: criação própria

Evidencia-se que analogicamente ao nome próprio ANNA, a marca poderia transformar-se em um avatar que será usado para agregar a marca, tendo uma identificação visual, “nossa Anna”, que possui características físicas indígenas, mas com trajes modernos, unindo o tradicional com a inovação necessária, conforme pode ser observado a seguir.

Figura 03 – Avatar para agregação à marca



Fonte: criação própria, (2022)

A ANNA tem como objetivo aumentar a visibilidade, acessibilidade e propagação dos resultados das pesquisas desenvolvidas na UFRR, voltadas para auxiliar na solução de problemáticas existentes, por meio da coleta, organização e preservação em longo prazo; e facilitar a gestão e o acesso à informação sobre o conhecimento científico produzido, por meio da oferta de indicadores confiáveis e validados.

Para a formação e desenvolvimento da memória do conhecimento científico da UFRR, os docentes, servidores técnicos administrativos e alunos poderão cadastrar, na ANNA, o conteúdo integral de produtos de sua autoria.

A ANNA foi esboçada para facilitar e promover a complementação de informações do conhecimento científico produzido na UFRR. Toda e qualquer produção intelectual, cultural, artística, técnica, científica, tecnológica, didático-educacional que se propõe a criar soluções econômicas e viáveis para os problemas apresentados no âmbito da UFRR, seja estrutura física, administrativa, urbana, etc.

O Edital, estudado pela Pró-Reitoria de Planejamento, deverá dispor sobre diretrizes e procedimentos para promover e assegurar a coleta, tratamento e preservação de trabalhos de pesquisa que visam atender as necessidades da Universidade Federal de Roraima gerados pelos servidores (docentes e técnicos) e alunos, bem como sua disseminação e acessibilidade para a comunidade acadêmica.

E deverá considerar as seguintes necessidades:

- ampliar a visibilidade e acessibilidade do conhecimento produzido no âmbito da UFRR;
- potencializar o intercâmbio com outras instituições; e
- aperfeiçoar a gestão de investimentos em pesquisa, ensino e extensão nesta Instituição.

A ferramenta institucional ANNA da Universidade Federal de Roraima (UFRR / ANNA) será um serviço de acesso aberto, mantendo sigilosos as informações pessoais dos pesquisadores, oferecido pela Pró-Reitoria de Planejamento e pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) e terá como missão armazenar, preservar, divulgar e oferecer acesso à produção científica e institucional, subsidiando as tomadas de decisões da gestão administrativa da UFRR.

São objetivos da ferramenta ANNA:

- I. contribuir para o aumento da visibilidade da produção do conhecimento da UFRR;
- II. preservar a memória intelectual da Universidade;
- III. reunir em um único local virtual e de forma permanente a produção científica e institucional;
- IV. disponibilizar o livre acesso aos conteúdos digitais;
- V. ampliar e facilitar o acesso à produção científica de uma forma geral.

A estrutura da Ferramenta ANNA é organizada de acordo com a estrutura organizacional da UFRR e/ou em acervos. Os acervos poderão ser organizados por áreas do conhecimento ou direcionados especificamente à cada Pró-Reitoria da UFRR.

O depósito da produção intelectual deverá ser realizado de forma não exclusiva, mantendo os autores dos documentos todos os seus direitos e respeitando a propriedade intelectual. A fim de preservar a autoria, os dados enviados apenas serão disponibilizados para consulta após os trâmites necessários para atender todos os direitos da propriedade intelectual.

A política de direitos autorais da ferramenta ANNA da UFRR observará a legislação nacionalmente vigente, em particular a Lei nº 9.279/96, a Lei nº 9.609/98, a Lei nº 13.709/2018 e a Lei nº 10.973/2004.

Figura 04 – Layout da tela principal da ferramenta



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

A ferramenta está disponível, provisoriamente, no seguinte endereço eletrônico em que é possível verificarmos sua estrutura, layout e funcionalidades: <https://cpv.ufrr.br/anna/public/>

4.6 ANNA VERSUS VITRINE TECNOLÓGICA

As Vitrines Tecnológicas visam novas oportunidades para o desenvolvimento tecnológico por meio de parcerias com empresas e entidades. As Tecnologias apresentadas na Vitrine Tecnológica constituem os ativos intangíveis da instituição, tais como patentes recentemente depositadas e demais tecnologias passíveis de transferência.

De Faria *et al.* (2013) conceitua Vitrine Tecnológica como sendo uma ferramenta de exposição de tecnologias acessíveis para serem transferidas ou licenciadas para as empresas, direcionando o ato de tornar pública as tecnologias desenvolvidas, dando-lhes as condições e os meios de distribuição necessários para a sua venda e a incorporação pelo mercado consumidor.

A divulgação não envolve expor a tecnologia em si, seu funcionamento e demais detalhes técnicos. O objetivo consiste em apresentar o problema que ela resolve, suas aplicações e seus resultados, numa linguagem comercial, para despertar o interesse e abrir canais de negociação com empresas e demais instituições que possam se interessar em desenvolver ou absorver a tecnologia.

Pires (2018), afirma que a vitrine tecnológica se constitui em um importante canal de comunicação ao reunir os principais ativos de inovação produzidos no âmbito institucional, possibilitando a formação de parcerias, além de ser um meio de marketing para a instituição.

Dessa forma, a principal diferença entre a proposta desse trabalho, ANNA, e uma vitrine tecnológica baseia-se no fato de que os produtos disponíveis em uma vitrine tecnológica devem estar protegidos e serem disponibilizados para meios comerciais a fim de realizar-se a transferência de tecnologia. Sendo a ANNA um ponto de partida para a construção de tecnologias futuras.

Chaves e Cruz Filho (2017) afirmam que a concretização da transferência de tecnologia dá-se por meio de contratos, termos de cooperação técnica e mecanismos semelhantes.

Na ANNA, as pesquisas realizadas levam em consideração as problemáticas presentes na Universidade Federal de Roraima e são desenvolvidas para solucioná-las, podendo ser produtos e/ou processos, e, posteriormente, tornar-se aplicável para transferência de tecnologia.

A ANNA será um meio de verificar o potencial tecnológico dos produtos desenvolvidos dentro da instituição, sendo capaz de transformar-se em transferência de tecnologia para serem utilizadas na Vitrine Tecnológica da UFRR.

4.7 AVALIAÇÃO DA ANNA PELOS USUÁRIOS

A avaliação proposta, da ferramenta, foi realizada por meio de um formulário eletrônico disponibilizado para ser respondido em cinco dias por possíveis usuários, contemplando as áreas de conhecimento: Exatas, Humanas e Ciências da vida.

Foram aplicadas 10 perguntas de avaliação com objetivo de analisar a usabilidade e necessidade de uso da ferramenta no âmbito da UFRR.

Nesse contexto, Krug (2008) afirma que usabilidade é a garantia que algo funcione bem, onde qualquer pessoa seja capaz de atingir sem frustração o propósito de alguma coisa que foi criada para esse fim.

Assim, como resposta verifica-se que a ferramenta atende aos critérios de usabilidade, pois é de fácil compreensão e de linguagem habitual para maioria dos avaliadores conforme Gráficos 01, 02 e 03:

Gráfico 01 – Pergunta 1 do formulário de avaliação

A ferramenta ANNA utiliza linguagem habitual e conhecida pelo usuário:

11 respostas

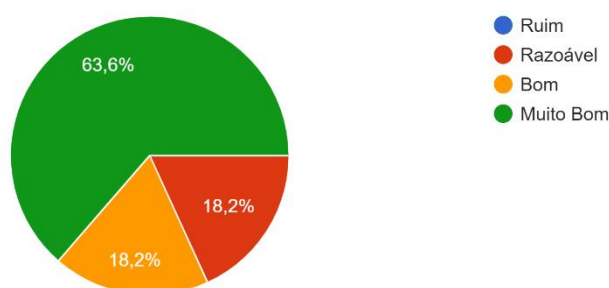


Gráfico 02 - Pergunta 2 do formulário de avaliação

A forma de navegação é de fácil compreensão?

11 respostas

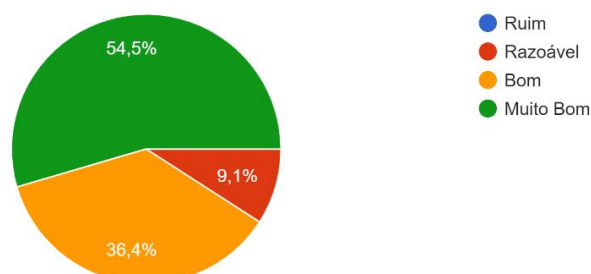
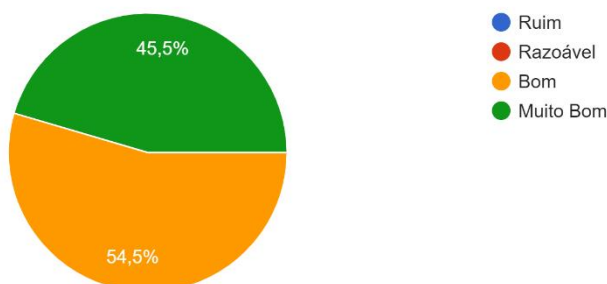


Gráfico 03 - Pergunta 6 do formulário de avaliação

A navegação da ferramenta ANNA é intuitiva?

11 respostas



Os gráficos 04, 05 e 06 mostram que o conteúdo apresentado nos formulários é de compreensão, reafirmando o que disse Krug (2008) sobre os conteúdos expostos, onde esses devem ser feitos de forma suficiente e atingindo os objetivos. Do mesmo modo Nielsen e Budiu (2014, p.) ao afirmarem que “é melhor espremer o texto quando escrever para a web”.

Gráfico 04 - Pergunta 3 do formulário de avaliação

Os formulários são adequados ao seu conteúdo?

11 respostas

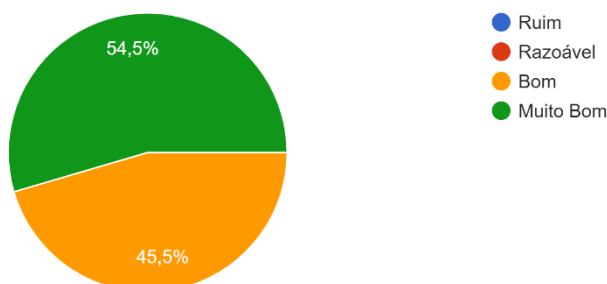


Gráfico 05 - Pergunta 5 do formulário de avaliação

As funções da ferramenta são facilmente acessadas?

11 respostas

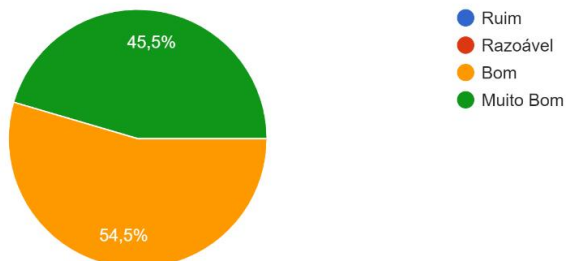
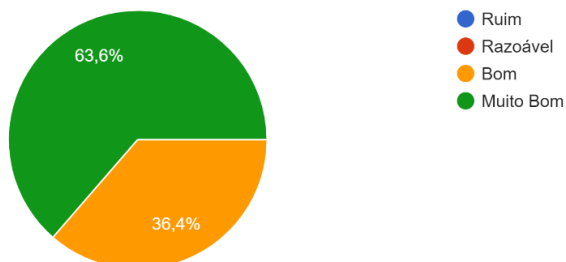


Gráfico 06 - Pergunta 7 do formulário de avaliação

Qual a sua satisfação ao utilizar a ferramenta ANNA?

11 respostas

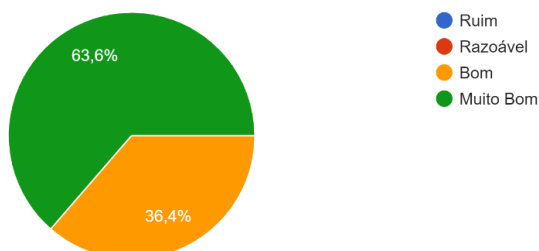


É possível observar no Gráfico 07, a qualidade satisfatória de respostas da ferramenta, implantada em um dos servidores da UFRR. A questão do tempo é observada por Nielsen e Budiu (2014) ao afirmarem que se o tempo de resposta de sua página web estender-se mais que 0,1 segundo o percentual dos visitantes irão diminuir.

Gráfico 07 - Pergunta 4 do formulário de avaliação

A ferramenta ANNA é carregada rapidamente?

11 respostas



Quanto à necessidade de utilização da ferramenta, os Gráfico 08 e 09 mostram que a ferramenta está sendo bem avaliada, visto que os usuários informaram que essa ferramenta é importante para UFRR.

Gráfico 08 - Pergunta 8 do formulário de avaliação

Em relação ao acesso às informações, como você classifica a ferramenta ANNA?

11 respostas

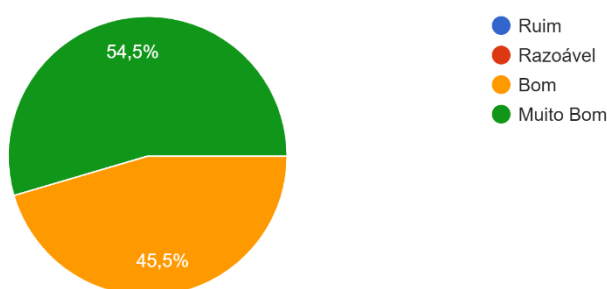
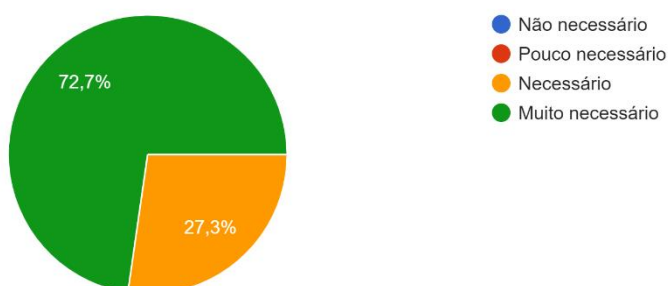


Gráfico 09 - Pergunta 9 do formulário de avaliação

Em que nível de necessidade você classifica a ferramenta ANNA?

11 respostas



Quanto à última pergunta do formulário, trata-se de um campo aberto para sugestões e foi apontado a apresentação da ferramenta, para que seja mais detalhada.

Ao observar-se o resultado das avaliações, é possível verificar a viabilidade de uso e a necessidade de implantação da ferramenta que se mostra relevante para uso na Universidade Federal de Roraima, conforme visualizado no gráfico 09, em que 72,7% dos avaliadores classificaram a ferramenta como necessária à instituição.

Assim, a ferramenta contempla todas as áreas de pesquisa, além de preencher o hiato de comunicação entre administração e servidores, pois contempla os técnicos administrativos e demais membros da comunidade acadêmica que enxergam e vivenciam outras demandas administrativas.

Dessa maneira, é possível observar o quão importante torna-se a ferramenta, pois por meio dela, a administração da universidade pode consultar e instituir a utilização das propostas cadastradas, com soluções simples e criadas pelos próprios servidores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disseminação do conhecimento produzido pela UFRR é uma questão que atende as demandas solicitadas pela comunidade acadêmica e percebe-se que as gestões das universidades públicas estão mais sensibilizadas quanto à isso.

A ferramenta proposta deve ser utilizada de forma que frutifique a disseminação do conhecimento produzido na UFRR e auxilie à Gestão nas tomadas de decisões.

Desta forma, é primordial o investimento da gestão da UFRR na sua comunidade acadêmica, docentes, técnicos e alunos, para atender sua necessidade de transformação, gerando valor agregado aos produtos das pesquisas produzidas. De modo que para isso é necessário um investimento inicial com contrapartida e um diálogo maior entre administração e docentes, assim, a UFRR poderá se inserir de forma competitiva no mercado externo, de modo que as produções internas sejam evidentes aos olhos da sociedade e comunidade acadêmica.

Os resultados demonstram que as informações apresentadas pela ferramenta de apoio à gestão podem ser utilizadas por toda comunidade acadêmica e, também, outras instituições que desejem fazer parcerias, reduzindo falhas de comunicação entre administração, pesquisadores e sociedade, sendo vista como necessária à UFRR, conforme avaliação realizada.

Demonstrou também que a implantação das ideias cadastradas na ferramenta será uma porta de entrada para parcerias entre a UFRR e outras instituições públicas e/ou privadas. Além de contribuir com soluções de comunicações, administrativas, estruturais e processuais estarão abrangidas pela ANNA.

Assim, os objetivos do trabalho foram atingidos conforme planejado, em que entregamos a ferramenta desenvolvida, com a marca e avaliada por usuários.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, José Wellington Marinho e MENDES NETA, Maria Adelina Hayne. *Metologia Científica. Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa SIBI – UFBA. Salvador, 2017.*
- AUDY, Jorge. *A inovação, o desenvolvimento e o papel da universidade. Estudos Avançados. N.90, Vol.31 São Paulo. May/Aug. 2017.*
- BERNARDO, Marcia Hespanhol. *Produtivismo e precariedade subjetiva na universidade pública: O desgaste mental dos docentes. Psicologia e Sociedade, vol. 26, p. 129-139. Minas Gerais, 2014.*
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas. Editora Brasiliense S. A, 1ª edição, 1990 1ª reimpressão, 2004. São Paulo, 2004. ISBN 85-11-08069-4*
- BRASIL. *Decreto nº 9.741, de 29 de março de 2019. Altera o Decreto nº 9.711, de 15 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2019 e dá outras providências.*
- CAETANO, Angélica; COSTA, Andrize Ramires; DOMINGUES, Soraya Corrêa. *A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DAS UNIVERSIDADES E A REALIDADE ESCOLAR: uma análise crítica sobre o modelo atual de sociedade. Motrivivência, Florianópolis, n. 30, p. 185-196, dez. 2009. ISSN 2175-8042.*
- CAMPOS, Fernando Guerra Grossi, SANTOS, Flávia Costa Pinho e SANTOS, Raquel Fortes. *A importância da pesquisa científica na formação profissional dos alunos do curso de Educação Física da UNILESTEMG. MOVIMENTUM - Revista Digital de Educação Física - Ipatinga: Unileste-MG - V.4 - N.2 – Ago./Dez. 2009.*
- CARTONI, Daniela Maria *Anuário da Produção Acadêmica Docente, Vol III, nº5, ano 2009. Publicação em 21 de abril de 2010.*
- CASTRO, Lúcia Rabelo de. *Privatização, especialização e individualização: um outro mundo (acadêmico) é possível?. Psicologia & Sociedade, 22(3), 622-627. Rio de Janeiro, 2010.*
- CHAUÍ, Marilena. *A Universidade pública sob nova perspectiva. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro: Anped/Autores Associados, n. 24, p. 5-15, set/dez 2003.*
- CHAVES, Maria do Perpetuo Socorro Rodrigues; COELHO, Maria do Perpétuo Socorro Lima Verde. *Inovação Socioacadêmica na Amazônia. Editora da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2016.*
- CHAVES, Maria do Perpetuo Socorro Rodrigues; CRUZ FILHO, Raimundo Filipe. *Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação: Experiência da Universidade Federal do Amazonas. Editora da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2017.*

DE FARIA, A. F. et al. Promoção da interação universidade-empresa: estudo de caso do CenTev/UFV. XV Congresso Latino-Iberomericano de Gestão Tecnológica. 2013. Disponível em: <<https://repositorio.altecasociacion.org/handle/20.500.13048/1066>> Acesso em: 04/11/2021.

ESCOBAR, Herton. Inovação: o ingrediente que desafia as universidades. *Jornal da USP*, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=228259>. Acesso em 20/01/2020.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*, n. 28, Editora UFPR. Curitiba, 2006. p. 17-36.

FAVA-DE-MORAES, F. Universidade, inovação e impacto socioeconômico. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 14, n. 3, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000300003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28/01/2020.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. *Educação e Sociedade*, ano XXIII, nº 79. São Paulo, 2002.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: um princípio necessário. *PERSPECTIVA*, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229 - 1256, set./dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2015v33n3p1229/pdfa>> Acesso em: 28/09/2019.

KÖCHE, José Carlos, Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Edição digital. Petrópolis, RJ. Vozes, 2011.

KRUG, Steve, Não me faça pensar. Segunda Edição. Rio de Janeiro, 2008.

LÉDA, Denise Bessa; MANCEBO, Deise. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. *Educação e Realidade*. Vol. 34, n. 01. Porto Alegre, 2009.

LEHER, Roberto. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*. Rio de Janeiro, V. 3 N.2 – pag 145-153 (jul/out2017): “Número Especial Darcy Ribeiro”. DOI: 10.12957/riae.2017.31717.

LEMOS, Renato; CARNEIRO, Alan. CPPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fernando Henrique Cardoso. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cardoso-fernando-henrique>. Acesso em: 28/01/2021.

LIMA, Edileusa Esteves; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Reuni e Expansão Universitária na UFMG de 2008 a 2012. *Educação & Realidade*, v. 41, n. 2, p. 383-406, abr./jun. Porto Alegre, 2016.

MACHADO, Filipe Molinar; RUPPHENTAL, Janis Elisa. Estudo dos pontos de conflito da Lei de Inovação. *Int. J. Knowl. Eng. Manag.*, ISSN 2316-6517, v.3, n.6, p. 230-245, jul/nov. Florianópolis, 2014.

MAIA, Rosane Tolentino. A importância da disciplina de metodologia científica no desenvolvimento de produções acadêmicas de qualidade no nível superior. Revista Urutágua, n. 14. Maringá- PR, 2008.

MARTINS, Carlos Benedito. Uma reforma necessária. Educação & Sociedade. Vol. 27, n. 96. Campinas, 2006.

MARTINS, Vinícios Abílio. Proposta de um mapa estratégico para uma universidade pública. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, Vol. 3, n. 2, p. 88-103. João Pessoa, 2015.

MAZZILLI, Sueli. Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Vol. 27, n. 2. 2001.

MENDONÇA, Ana Waleska P.C. A universidade no Brasil. Revista Brasileira de Educação, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a08>> Acesso em: 26/07/2019.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando César Bezerra de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação Revista Brasileira de Educação, vol. 14, núm. 41, mayo-agosto, 2009, pp. 269-280 Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação Rio de Janeiro, Brasil.

NIELSEN, Jakob; BUDIU, Raluca. Usabilidade Móvel. 1ª Edição. São Paulo. Editora: GEN LTC, 27 de novembro de 2013.

OLIVEIRA, Tamires Aparecida Batista, VALENÇA, Kleber Firpo Prado. A importância da Metodologia Científica para o Ensino e Aprendizagem no Ensino Superior. EDUCERE – XII Congresso Nacional de Educação. PUC – Paraná 2015. Disponível em: < https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17807_10482.pdf> Acesso em: 20/08/2019.

PIRES, André; ROMÃO, Paulo Cesar Ricci; VAROLLO, Victor Marques. O Programa Bolsa Família e o acesso e permanência no ensino superior pelo Programa Universidade para Todos: a importância do “eu me viro”. Revista Brasileira de Educação. Vol.24. Rio de Janeiro, 2019.

PIVETTA, Hedioneia Maria Foletto; BACKES, Dirce Stein; CARPES, Adriana; BATTISTEL, Amara Lúcia Holanda Tavares; MARCHIORI, Mara. Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária: Em busca de uma Integração Efetiva. Linhas Críticas, Vol 16 n. 31. Brasília, 2010.

POMAR, Paulo. Produtivismo acadêmico e síndrome de burnout. Disponível em: <<http://www.rodrigovianna.com.br/colunas/mundos-do-trabalho/produtivismo-academico-e-sindrome-de-burnout.html>>. Acesso em 31/01/2020.

PRESTES, Gabriel; XAVIER, Valdirene Salvador; SEVERO, Eliana Andréa; NEUMANN, Juliane Laviniki. Inovação no Brasil e sua Relação com a Tríplice Hélice Universidade. XVII Mostra de Iniciação Científica. 2017. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/mostraucsppga/xviiostrappga/paper/viewFile/5066/1806>> Acesso em: 13/09/2019.

PUHL, Mário José. O conhecimento e o princípio da indissociabilidade entre ensino, Pesquisa Extensão. Revista HISTEDBR On-line nº 69 ISSN: 1676-2584. Campinas. 2016. P. 222-232.

RIBEIRO, Darcy. A Universidade Necessária. Rio de Janeiro: Paz e Terra S. A., 1969.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Clarissa Tagliari. Ações afirmativas no ensino superior: análise do perfil socioeconômico e da experiência universitária de bolsistas do ProUni na PUC-Rio. Brasileira de Estudos Pedagógicos. Vol.93 no.235. Brasília Sept./Dec. 2012.

SANTOS JÚNIOR, Alcides Leão. A extensão Universitária e os entre-laços dos saberes. Salvador – Ba. 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/17554/1/A%20EXTENS%C3%83O%20UNIVERSIT%C3%81RIA%20E%20OS%20ENTRE-LA%C3%87OS%20DOS%20SABERES.pdf>> Acesso em: 05/06/2022.

SERAFIM, Milena Pavan. Compreendendo o atual momento da educação superior brasileira: cultivando a mais lúcida consciência. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior. vol.24 no.2. Sorocaba, 2019.

SERZEDELLO, Natan Tiago Batista; TOMAEL, Maria Inês. Produção tecnológica da Universidade Estadual de Londrina (UEL): mapeamento da área de Ciências Agrárias pela Plataforma Lattes. AtoZ: Novas práticas em informação e conhecimento. Vol 1, n.1. Paraná, 2011.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, 2002.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23ª edição ver e atual. São Paulo. Cortez, 2007.

SOUZA, Márcio Rodrigo de Araújo; MENEZES, Monique. Programa Universidade para Todos (PROUNI): quem ganha o quê, como e quando? Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação vol.22 no.84. Rio de Janeiro, 2014.

SCHWARTZMAN, Simon. (2009). A Pesquisa Científica e o Interesse Público. Revista Brasileira De Inovação, 1(2), 361-395. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/8648864/15400>> Acesso em: 20/08/2019.

TARNAS, Richard. A epopeia do pensamento ocidental: para compreender as ideias que moldaram nossa visão do mundo. Tradução de Beatriz Sidou. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

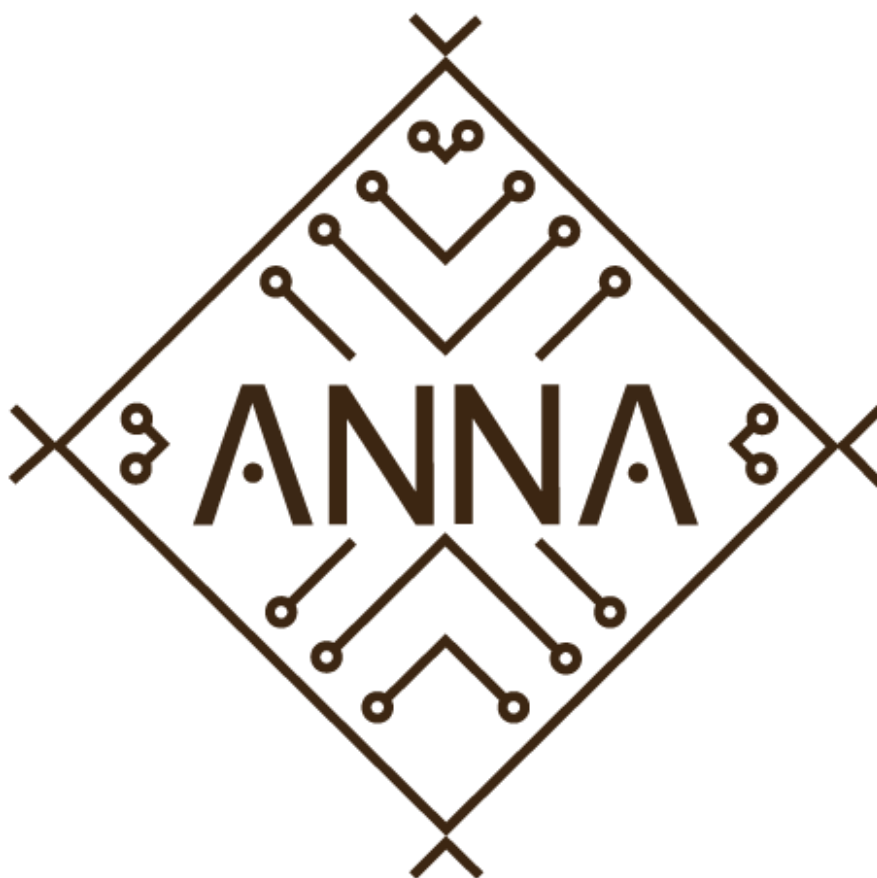
TEIXEIRA, Anísio. Educação e universidade. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

TEIXEIRA, Enise Barth. A Análise de Dados na Pesquisa Científica - importância e desafios em estudos organizacionais. DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO. Editora Unijuí ano 1, n. 2. jul./dez 2003. 177-201 p.

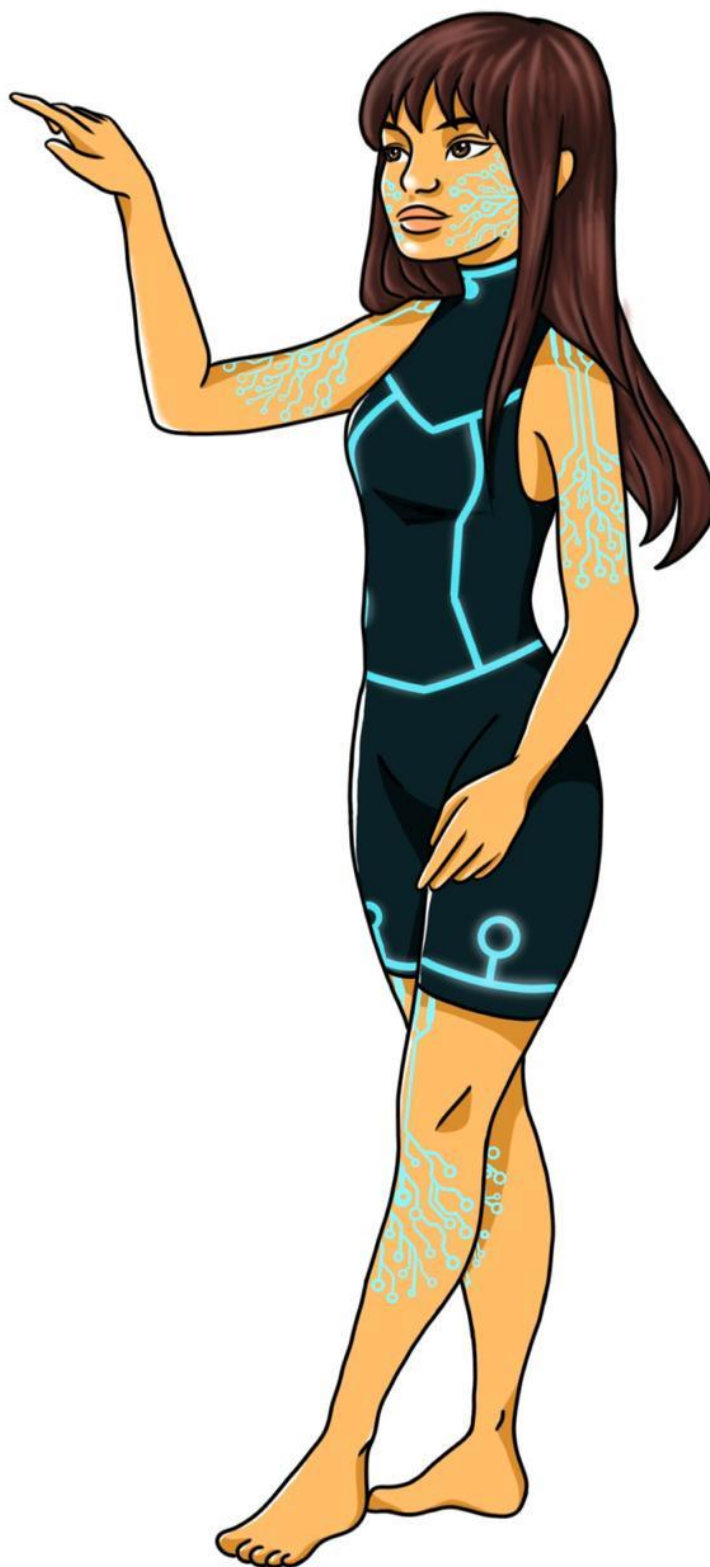
TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. Reforma Universitária e mudanças no ensino superior no Brasil. UNESCO International Institute for Higher Education in Latin America and the Caribbean. 2003. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139968>. Acesso em: 25/11/2019.

VICENTINE, Claudia Mara. Inovação e administração estratégica para os novos cenários competitivos do século XXI. REBRAE. Revista Brasileira de Estratégia, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 225-232, set./dez. 2009 <<http://www.spell.org.br/documentos/download/16677>>.

ANEXO 1 – A MARCA ANNA



ANEXO 2 – ANNA AVATAR



ANEXO 3 – PLAT AFORMA ANNA

The image shows the homepage of the ANNA IPU'TI platform. At the top, there is a navigation bar with the UFRR logo, a 'Acesso Rápido' button, and a 'BRASIL' indicator. Below this is a main menu with links for 'Início', 'Quem é ANNA', 'Serviços', 'Resolução ANNA', 'NIT', and 'Contatos'. The central banner features a stylized illustration of a woman in a futuristic suit pointing at a glowing orb, with a large diamond-shaped logo containing the word 'ANNA' and circuit-like patterns. Below the banner are four yellow buttons with icons and text: 'Cadastrar sua ideia' (lightbulb icon), 'Propostas disponíveis' (laptop icon), 'Vitrine Tecnológica' (laptop icon), and 'Tipo de licença' (prohibited sign icon). Each button has a 'Saiba mais' link below it. At the bottom, there is a 'TRABALHOS RECENTES' section with a gallery icon and navigation arrows.



A ANNA surgiu com o pensamento de aproveitamento do conhecimento produzido pela comunidade acadêmica da UFRR.

Entendemos que somos conhecedores dos nossos próprios problemas e dessa forma podemos ser responsáveis pelas soluções, através do desenvolvimento autocentrado, aplicado aos servidores. Permitindo ser utilizada como subsídio para a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da Administração Pública.

A UFRR por está situada no estado de Roraima, que possui o maior número de etnias indígenas do Brasil e entre elas a mais popular a MACUXI, buscamos um viés voltado às peculiaridades da UFRR e encontrando um meio de diferenciar esse produto específico dos demais ofertados.

Chegamos assim, na identificação proposta: ANNA, que significa em macuxi NOSSO.

E para complementá-la a palavra IPU'TI significa CONHECIMENTO.

Analogicamente, ao nome próprio Anna, criamos um avatar, com traços indígenas tradicionais, mas com um aspecto mais moderno, em sua vestimenta. Essa identificação foi idealizada para que a comunidade acadêmica ao pensar em soluções, pense na ANNA, e para servir de subsídio para administração superior tomar suas decisões pautadas nas soluções cadastradas e disponíveis na plataforma ANNA.

Assim, ANNA IPU'TI, ou NOSSO CONHECIMENTO refere-se as soluções propostas por nós (comunidade acadêmica) por nós mesmos. NOSSAS produções, NOSSAS ideias, NOSSAS propostas, NOSSO CONHECIMENTO.



SERVIÇOS DA ANNA

- > Cadastrar solução;
- > Propostas disponíveis;
- > Vitrine Tecnológica;
- > Tipo de licença

RESOLUÇÃO ANNA



CADASTRAR IDEIA

* Campo obrigatório

Nome*

E-mail*


Assunto*

Resumo*

Área*

Enviar Proposta completa*

Enviar cópia para mim (opcional)

Captcha* Não sou um robô 



PROPOSTAS DISPONÍVEIS

Autor +	Título +
Assunto +	Data do documento +



TIPO DE LICENÇA

Os trabalhos disponíveis na plataforma ANNA são de atribuição Não Comercial de uso exclusivo para subsidiar as tomadas de decisão da Gestão Administrativa da Universidade Federal de Roraima.

Por ser um serviço aberto, o público interessado poderá:

- I. Compartilhar - copiando e redistribuindo o material em qualquer suporte ou formato.
- II. Adaptar - transformar e criar a partir do material disponível.

§ 1o O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.
§ 2o O licenciante não tem de cumprir com os termos da licença relativamente a elementos do material que estejam no domínio público ou cuja utilização seja permitida por uma exceção ou limitação que seja aplicável.

Ao utilizar o material disponível, o público interessado deverá dar o crédito apropriado, prover um link para a licença e indicar se mudanças foram feitas, podendo fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de nenhuma maneira que sugira que o licenciante o apoia ou o seu uso.

Não são dadas quaisquer garantias. A licença pode não lhe dar todas as autorizações necessárias para o uso pretendido. Por exemplo, outros direitos, tais como direitos de imagem, de privacidade ou direitos morais, podem limitar o uso do material.

Os demais termos da licença estão definidos na Resolução ANNA, disponível no site.